

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

**MILAGRE ECONÔMICO:
CONCENTRAÇÃO DA RENDA
E RETOMADA DO CRESCIMENTO
NO BRASIL (1968-1973)**

Maria Aparecida Couto

Matrícula: 109110586

Orientador: Professor Dr. Carlos Pinkusfeld Bastos

Dezembro de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

**MILAGRE ECONÔMICO:
CONCENTRAÇÃO DA RENDA
E RETOMADA DO CRESCIMENTO
NO BRASIL (1968-1973)**

Maria Aparecida Couto
Matrícula: 109110586

Orientador: Professor Dr. Carlos Pinkusfeld Bastos

Dezembro de 2011

As opiniões expressas nesse trabalho são de responsabilidade exclusiva do autor.

À Roberto, meu alicerce.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Almir Pita Freitas Filho pelas correções e críticas construtivas a esse trabalho e pela seriedade com que empreende toda e qualquer responsabilidade.

Aos jovens amigos, Cássia, Rafael, Thais e Vinicius. Meu muro de lamentações.

Ao Professor Dr. Carlos Pinkusfeld Bastos, que teve a coragem de, sob condições adversas – tempo limitado e excesso de trabalho -, empreender a orientação dessa monografia.

RESUMO

O objeto desse estudo é a análise dos pressupostos que direcionaram economistas da Escola Estruturalista, mais especificamente, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, a defender a tese de que a concentração da renda foi fator necessário para a retomada do crescimento econômico a partir de 1968. Crescimento, esse, que se prolongou de forma notável até 1973, alcançando e superando todos os índices de expansão a partir do pós-Segunda Guerra. Em decorrência, esse período foi denominado de a era do “milagre” econômico brasileiro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I: RETROSPECTIVA.....	10
I.1 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO.....	10
I.1.1 O GOVERNO JK.....	10
I.1.2 O GOVERNO JÂNIO-JANGO.....	17
I.1.3 O GOVERNO CASTELO BRANCO.....	20
I.1.4 O MILAGRE ECONÔMICO.....	24
I.2 SALÁRIOS LUCROS E PRODUTIVIDADE.....	29
I.2.1 O PERÍODO DEMOCRÁTICO	30
I.2.2 O PERÍODO MILITAR.....	33
I.3 CONSIDERAÇÕES.....	36
CAPÍTULO II: ACUMULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO.....	40
II.1 A TEORIA CLÁSSICA.....	41
II.1.1 DAVID RICARDO.....	41
II.1.2 KARL MARX.....	42
II.2 A TEORIA NEOCLÁSSICA.....	44
II.3 A VISÃO HETERODOXA.....	47
II.3.1 CEPAL.....	49
II.3.2 CAMBRIDGE.....	51
II.3.3 UNICAMP.....	53
CAPÍTULO III: CRESCIMENTO E CONCENTRAÇÃO.....	55
III.1 CELSO FURTADO E O MODELO BRASILEIRO.....	55
III.2 CONCEIÇÃO TAVARES: DISTRIBUIÇÃO E ACUMULAÇÃO.....	59
III.3 CONSIDERAÇÕES.....	67
CONCLUSÃO.....	79
BIBLIOGRAFIA.....	82

INTRODUÇÃO

A trajetória de alto crescimento que caracterizou o Brasil, no período pós-Segunda Guerra, não atingiu nenhum parâmetro comparável ao nível de expansão econômica que se observou entre 1968-1973. Esse fenômeno rendeu ao período a alcunha de o “milagre” econômico brasileiro.

Tal processo se deu através da retomada da expansão, a partir de 1968, após alguns anos de crescimento relativamente modesto. Na verdade, o mais correto seria qualificar de modesto frente à trajetória anterior que consagrou uma taxa média de crescimento de 7% ao ano, quase como um valor normal, ou desejado, para a economia brasileira.

Curiosamente, esse “milagre” econômico coincide com um período de recrudescimento do caráter autoritário do regime instaurado em 1964. Do ponto de vista estritamente político tal expansão enfraquecia a oposição ao regime autoritário. Por outro lado, do ponto de vista econômico, o crescimento era particularmente perturbador. Em realidade era surpreendente, posto que muitos analistas econômicos, críticos ao sistema então imposto – tendo em Furtado seu maior expoente-, haviam previsto um longo período de estagnação, caso reformas estruturais progressivas de caráter social, não fossem realizadas. Porém, o Brasil havia crescido mantidas todas as condições estruturais de outrora.

Assim, quando o censo de 1970 revelou um país com alta concentração de renda – instaurada na década de 1960-, abriu-se um espaço importante de reflexão sobre o desenvolvimento da economia brasileira. Abriu-se também um viés de caráter oposicionista a esse regime de exceção que, até então, se balizava em sua eficaz política desenvolvimentista.

Por outro lado, o crescimento econômico aliado a essa concentração de renda suscitou, também, uma gama de estudos no sentido de entender o porquê de cada uma dessas características, ou de estabelecer, entre as duas, uma relação causal.

O debate que se seguiu foi amplo e contou com a participação de muitos filiados a distintas correntes de pensamento. Nesta monografia, entretanto, nos dedicaremos especificamente à análise da interpretação de dois autores: Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares.

Os estudos que esses dois economistas desenvolveram dirigiram-se no sentido de mostrar que a retomada do crescimento econômico, só foi possível mediante uma distribuição regressiva da renda. O argumento residiu no fato de que seria necessário direcionar a

concentração da renda em favor de uma determinada classe, para que a demanda por bens de alto valor unitário pudesse ser dinamizada. A causa da estagnação teria sido - em última instância - a ausência de um mercado interno, para esses bens, que fazia com que a capacidade que fora instalada, a partir de meados da década de 1950, operasse com alto grau de ociosidade.

Nas palavras de Furtado:

“ O problema fundamental consistia em criar condições para a retomada do processo de industrialização, a partir do complexo industrial de que se dotara o país e que vinha sendo amplamente sub-utilizado. A estratégia seguida, relativamente simples, resume-se nas seguintes linhas de ação: a) reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda, de forma que o mecanismo promotor dessa concentração atue, não somente no sentido de favorecer a formação de capital fixo, mas também – e de forma significativa – no de promover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis;....”(Furtado,1982:38).

E nas palavras de Conceição Tavares:

“A nova descontinuidade que se coloca para a distribuição da renda pessoal surge, portanto, quando uma vez internalizado o efeito-demonstração de padrões de consumo das classes altas na própria configuração do aparato produtivo, se requer expandir o mercado interno das novas indústrias de consumo durável instaladas sob forte pressão do exterior, e cujos preços absolutos requerem consumidores com rendas muito superiores à média nacional. A imitação dos padrões de consumo seria, desse modo, insuficiente para expandir a demanda. O problema (...) reside na necessidade de distribuir a renda de modo mais concentrado, uma vez esgotada a reserva de mercado existente.”(Tavares, 1982:54)

Observe que a autora fala em termos de distribuição pessoal da renda, mas também, em sua visão, está inserida a questão da distribuição funcional, pois,

“É aí que se requer um corte distinto na distribuição da renda entre “consumidores” e “produtores” no qual se freiem os incrementos da renda e do consumo dos assalariados de base e se transfiram continuamente para as novas “classes médias consumidoras.””(Tavares, 1982:54)

Tendo em vista esses argumentos, o objeto desse trabalho é analisar as premissas que levaram esses autores a identificar na concentração de renda uma condição necessária para a retomada do crescimento econômico brasileiro. Para tanto, essa monografia é organizada em três capítulos – além dessa introdução – e uma breve conclusão.

No primeiro capítulo é feita uma retrospectiva histórica – a partir do governo JK até o governo de Emílio Garrastazu Médici -, direcionada a descrever, em linhas gerais, as medidas econômicas de cada período. Também é feita uma breve exposição do trabalho de Colistete (2009), sobre a distribuição da renda no setor industrial.

O segundo capítulo, de cunho teórico, descreve a visão sobre a relação entre distribuição de renda e o processo de acumulação de capital em acordo com as principais escolas econômicas.

O terceiro e último capítulo expõe os motivos dos autores Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, através de um resumo de seus trabalhos, pertinentes ao tema já exposto, e termina como uma análise crítica à hipótese por eles defendida.

CAPÍTULO I: RETROSPECTIVA

A idéia central desse capítulo é dar uma visão geral da política econômica que direcionou o desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro e o conduziu para um novo patamar no processo de industrialização, através do Plano de Metas do Governo JK (1956-61), e que teve seu canto dos cisnes com o segundo PND no governo de Ernesto Geisel (1975-79).

A política econômica nesse período, se por um lado, através do planejamento, completou nossa matriz industrial, por outro não foi capaz de superar, e na verdade aumentou, o problema da distribuição regressiva da renda. Segundo Paul Singer:

“... a partir do momento em que se divulgaram os dados do Censo de 1970, os quais, comparados com os do Censo de 1960, demonstraram que a repartição se tinha tornado ainda mais regressiva ao longo da década. Um fato, do qual muitos já desconfiavam, ficou comprovado: o desenvolvimento da economia beneficiava uma minoria em detrimento da grande maioria da população.”(Singer,1978:3) .

Assim, a questão que se impõem é se poderia ter havido o crescimento que o processo de industrialização planejado proporcionou e que, embora tenha sido acompanhado de uma elevação dos indicadores de bem estar social, pudesse garantir um nível condizente de desenvolvimento humano. As opiniões e os estudos divergem sobre esse tema.

Nesses termos, segue, nas próximas seções, um breve relato sobre as diretrizes econômicas que, aplicadas, resultou no crescimento econômico.

I.1 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

I.1.1 O GOVERNO JK

Juscelino foi um estadista. Seu governo, cravado em um período crítico onde pairava, desde o suicídio de Getúlio Vargas, a ameaça de um governo fardado, conseguiu levar sua administração de forma estável e chegar ao final democraticamente. Passou o governo ao sucessor, eleito pelo povo, garantindo a normalidade constitucional.

Para esse desempenho, Juscelino contou com seu caráter conciliador e a as alianças que dispunha com as forças armadas através do General Lott, com os partidos PTB-PSD - que lhe garantiam maioria parlamentar – e, segundo Benevides (1991), Juscelino contou ainda com uma facção da igreja católica,

“... que inicia nessa fase, sua participação política mais ativa só que, desta vez, do lado das reivindicações dos dominados, (...) Juscelino contaria como o apoio da Igreja (lembre-se da aproximação ostensiva entre JK e Dom Helder Câmara) para seus projetos de

desenvolvimento, (...) e o importante apoio em suas mensagens sobre a criação da Sudene". (Benevides, 1991:10-11).

Dessa forma, Juscelino pode por em prática seu projeto desenvolvimentista dos 50 anos em 5, materializado pelo Plano de Metas e pela construção de Brasília.

O Plano de Metas

O governo de JK foi marcado pela notável expansão da participação da indústria de transformação no produto interno bruto, que passou de 20,4% em 1955 para 25,6% em 1960, enquanto que a agricultura sofreu um declínio, no mesmo período, de 5,7%.¹ Concomitantemente as indústrias alimentares e têxteis cederam 10 pontos percentuais de participação a setores como o de material de transporte e elétrico².

O principal instrumento desse crescimento e transformação estrutural foi o Plano de Metas. Elaborado sob a coordenação de Roberto Campos e Lucas Lopes, foi embasado nos trabalhos e diagnósticos da Comissão Mista Brasil Estados Unidos e do Grupo CEPAL-BNDE.

Os setores estratégicos do plano foram a indústria automobilística, a indústria naval e as indústrias de mecânica pesada e equipamentos elétricos. Para a implantação desses setores foram formados, no interior do Conselho de Desenvolvimento, os grupos executivos GEIA, GEICON, e GEIMAPE.

O GEIA, Grupo Executivo da Indústria Automobilística, elaborou planos para a fabricação de caminhões, jipes, veículos utilitários e automóveis. Prevvia-se a produção, em 1960, de 347 mil veículos, meta alcançada com a produção de 321 mil unidades³.

Em meia década, a cidade de São Paulo e o ABC paulista, a partir da implantação dessa indústria, passou a contar com quase 150 mil trabalhadores empregados⁴, o que representou forte impacto sobre a transformação do mercado de trabalho local.

Incentivos foram proporcionados às empresas que se propuseram à fabricação de veículos. Dentre eles destacam-se a taxa preferencial para a importação de equipamentos, facilidades cambiais para remessas de lucros para o exterior, financiamento do BNDE e isenção tarifária. À indústria de Autopeças, foi garantida a reserva de mercado para a empresa nacional,

¹ Faro & Silva(1991:92)

² Idem

³ Leopoldi (1991:129)

⁴ Leopoldi (1991:129)

mas “ *desfrutou de bem menos facilidades e protestou, seja através do seu (Sindipeças) ou da Fiesp*”. (Leopoldi, 1991:130).

O GEICON – Grupo Executivo da Indústria de Construção - foi o responsável pela efetivação da indústria naval no governo JK.

Localizado majoritariamente no Rio de Janeiro, embora não tenha contado com todos os incentivos dados a indústria Automobilística, teve grande impacto na economia da Guanabara e no estado do Rio de Janeiro. O grupo de trabalhadores metalúrgicos que vieram a constituir, anos mais tarde, o principal setor operário da área privada do Rio de Janeiro teve nesse momento a sua formação.

O GEIMAPE – Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada - foi criado em 1959. A partir de então a ABDIB-Associação Brasileira de Indústria de Base, criada em 1955, passou a fazer parte da meta ligada a esse grande setor industrial o que proporcionou que algumas empresas locais passassem a contar com o apoio do BNDE⁵.

Em decorrência, o setor de mecânica pesada teve um crescimento de produção real interno no valor de 93,4% entre 1959-1961, enquanto que as importações em dólares do gênero mecânicas cresceram, no mesmo período, cerca de 11,7%, dados⁶ que apontam para o suprimento do mercado interno pela produção doméstica.

Em relação aos objetivos específicos, o Plano contava com 30 metas distribuídas em cinco setores: Energia, Transporte, Alimentação, Indústria de Base e Educação. Em termos globais, o sucesso do plano pode ser verificado através da análise do comportamento da taxa média de crescimento do PIB de 8,27 no período 1957-61, contra 6,06% no quinquênio 1952-1956, e 3,49% no período 1962-66.⁷

Em relação ao financiamento, na verdade não houve, na formulação do Plano, uma proposta objetiva que delineasse com precisão todas as linhas de ação. A opção tomada pelos

⁵ Segundo Leopoldi (1991), em 1955 havia se formado a ABDIB, sob a liderança do industrial paulista Jorge Resende, que já trabalhara anteriormente com o governo Vargas no suprimento de bens de capital leves para a Petrobrás. O governo de JK de início não recorreu a esse setor. Alegava Rezende que as indústrias de mecânica pesada estrangeiras, através de créditos de fornecedores, podiam oferecer seus produtos às empresas do governo brasileiro com financiamentos de 15 a 20 anos, o que tornava difícil a competição para as empresas nacionais. Não havia qualquer apoio do governo (por exemplo do BNDE) à comercialização desses bens aqui produzidos. Com a criação do Geimape, algumas empresas locais passaram a contar como o apoio do BNDE, tais como Arno, Cobrasma, Sofunge. Outras também obtiveram recursos e se instalaram por essa época como a AEG, Brown Boveri, Irne, Pirelli.

⁶ Leopoldi, (1991:133.)

⁷ Faro & Silva (1991: 87)

coordenadores foi o de solucionar os problemas financeiros na medida em que eles fossem surgindo. Porém, em linhas gerais ficou instituído que 50% dos investimentos viriam do setor público, 35% do setor privado e 15% das agências governamentais. Durante a execução do plano o governo recorreu aos capitais de risco, e aos empréstimos de bancos públicos e privados estrangeiros como o Extimbank e o Banco Mundial.

A política de desenvolvimento através do Plano de Metas, por um lado proporcionou ao país uma mudança em sua estrutura industrial e um franco desenvolvimento. Por outro acarretou problemas no Balanço de Pagamentos que desencadearam grave crise econômica e política no período posterior.

A política Macroeconômica

O governo de JK teve no desdobrar de sua administração uma política cambial regida sob a égide das instruções 70 e 113 da SUMOC. Tal política não apenas procurava lidar com a restrição de divisas da época, agravadas pelo desempenho ruim das exportações de café, como também funcionava como um importante instrumento de política desenvolvimentista na medida em que possibilitava o investimento em um contexto de escassez de divisas. Segundo Villela(2005):

“ a política cambial terminou sendo o principal instrumento de política econômica do governo brasileiro na década de 1950. Devido à “escassez de dólares” – problema que afligia a economia internacional no pós-Segunda Guerra - , tornou-se necessária (prioritária até) a criação de mecanismos muitas vezes engenhosos de alocação de divisas escassas.” (Villela, 2005:52).

A Instrução de número 70 da SUMOC de Outubro de 1953 alterou profundamente a política anterior de controle das importações e exportações. A partir de sua vigência foi estabelecida uma taxa de câmbio base, usada para a importação de trigo, papel de imprensa, combustível e alguns bens de capital. Essa taxa, inferior as demais (e, portanto subsidiada), era a mesma usada para as importações governamentais. O restante das importações era feito através do sistema de leilões de câmbio e variava conforme cinco categorias de produtos, classificados segundo critérios de essencialidade. Às importações era acrescentada uma sobretaxa – um ágio variável – que se reduzia quando se tratava de importações fundamentais e se elevava para produtos supérfluos.

Se o importador pagava um ágio, o exportador recebia um bônus. Contudo, como o exportador perdia para o governo a diferença entre o valor do dólar exportação que era menor

que o valor do dólar no mercado livre⁸, a situação era favorável aos importadores de bens de capital.

Por outro lado, a Instrução de número 113⁹ da SUMOC de Janeiro de 1955, autorizava a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A, (Cacex) – antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim), organismo do Banco do Brasil -, a emitir licenças de importação de equipamentos para a indústria. Tais equipamentos, a partir dessa resolução, entravam no país sem cobertura cambial, ou seja, sem pagamentos de divisas. Nessas condições não oneravam o Balanço de Pagamentos brasileiro, na medida em que davam entrada na conta de importações tendo como contrapartida a conta de investimentos diretos. Assim o investidor estrangeiro podia trazer para o país equipamentos para formar uma nova empresa, ou ampliar uma já existente, sem nenhum custo cambial.

Esse sistema de taxas múltiplas de câmbio foi mantido no governo JK, até 1957, agindo como o principal instrumento de proteção à indústria. A partir de então, a tarifa de 1957¹⁰, assumiu o papel protecionista antes concentrado na área cambial. Uma das principais idéias implícitas na reforma foi acelerar a substituição de bens de capital, diminuindo-se a ênfase, dada em anos anteriores, à substituição de bens de consumo. Com a sua aprovação, teve lugar uma simplificação do sistema de câmbio múltiplo, onde as cinco categorias de importação deram lugar a duas: a categoria geral reunindo as quatro primeiras categorias do sistema anterior – que envolviam matérias primas, bens de capital e produtos essenciais -, e a especial correspondente a produtos supérfluos. Nesta última, as importações foram alocadas em uma taxa que diferia da, bastante elevada, usada para a importação de produtos supérfluos.

Vale observar que mesmo com a vigência da tarifa de 1957, o câmbio de custo continuou sendo usado para as importações de trigo, petróleo e derivados, papel de imprensa e alguns bens de capital. Tal resolução foi solicitação pessoal do presidente JK ao ministro Lucas Lopes da fazenda. A não retirada do subsídio cambial a esses produtos era parte de sua política governamental no sentido de não onerar o custo de vida da população mais pobre através da

⁸ Em 1955, o país exportou o equivalente a US\$1.419 milhões em mercadorias, 60% das quais provenientes das vendas de café. A conversão para cruzeiros dessa receita cambial se fazia à taxa de Cr\$37,06 por dólar enquanto que no mercado livre o dólar era negociado a Cr 66,75. (Faro & Silva, 1991: 69).

⁹ Segundo Leopoldi (1991) “*A Instrução 113 da SUMOC sofreu críticas dos industriais de São Paulo e da Fiesp, sua associação de classe. A despeito delas a medida foi largamente empregada por Kubitschek, que usou da conciliação, combinando uma estratégia internacionalizante para o arranjo industrial com um discurso nacional-desenvolvimentista.*” (Leopoldi, 1991: 121)

¹⁰ A tarifa de 1957, segundo Leopoldi (1991) que foi elaborada nas dependências da Confederação Nacional da Indústria, com participação dos industriais, assumiu o papel protecionista antes concentrado na área cambial.

manutenção dos preços dos produtos alimentícios básicos e do transporte. Também de não contrariar os proprietários dos grandes jornais através do aumento do preço do papel¹¹.

Em continuação à política de liberalização progressiva do câmbio, a SUMOC, em dezembro de 1959, através da Instrução 192, determinou que os produtos manufaturados de exportação passassem para o mercado de câmbio livre. Com tal medida os preços do trigo e do combustível tiveram majoração em virtude da elevação do custo de câmbio, forçando uma pressão inflacionária (ver Tabela 2).

Segundo Leopoldi (1991), essas mudanças no sistema cambial que levaram a uma gradual redução dos controles - licença prévia, câmbio múltiplo, cotas de importação-, “... respondia em parte às recomendações do FMI. Por essa época o FMI estava começando a financiar programa de estabilização na América Latina, e uma das exigências da instituição era a simplificação do câmbio.”(Leopoldi, 1991:122).

Porém, a despeito dessas mudanças, o problema com o desequilíbrio do setor externo (ver tab. 1), levaram à pressões dos exportadores e do FMI sobre o governo.

Tabela 1: Balanço de Pagamentos, 1956 – 1961 (US\$ milhões)

Ano	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Balança Comercial	437	107	65	72	-23	113
Transferências Unilaterais	-11	-13	-4	-10	4	15
Merc. e Serviços	68	-251	-244	-301	-482	-237
Transações Correntes	57	-264	-248	-311	-478	-222
Capitais	151	255	184	182	58	288
Erros e Omissões	-14	-171	-189	-25	10	49
Saldo (Superavit ou Déficit)	194	-180	-253	-154	-410	115

Fonte: Relatórios do Banco Central – Apud(Leopoldi, 1991: 123).

Foram, então, empreendidas, em janeiro de 1959, uma série de alterações envolvendo elevação do custo de câmbio. Tais alterações acarretaram aumento nos preços do trigo e do combustível,

¹¹ Leopoldi (1991), assevera que “ Segundo Lucas Lopes, Juscelino lhe pediu inúmeras vezes, quando ministro da Fazenda, que não retirasse o privilégio cambial do trigo, do petróleo e do papel de imprensa. Dessa forma, JK mantinha o subsídio para o pão e as massas (alimentos dos setores populares), bem como para o transporte público, e não sofria desgaste junto à grande imprensa, que sem o papel subsidiado se voltaria contra ele. Ver Lopes, 1991.”(Leopoldi,1991:122).

forçando uma pressão inflacionária (ver tab. 2), agravada nesse ano devido à elevação dos salários: o mínimo e o do funcionalismo público.

Indicadores de Inflação 1953-61
(variação percentual anual)

Tabela 2

Ano	Índice Geral de Preços	Custo de vida na Guanabara
1953	15	15
1954	27	22
1955	17	24
1956	20	21
1957	14	17
1958	10	15
1959	38	39
1960	29	29
1961	27	33

Fonte: Conjuntura Econômica, apud (Leopoldi, 1991: 125)

Em março de 1959, uma equipe do FMI visitou o Brasil e a partir do severo diagnóstico seguiram-se recomendações ao governo para rever todas as políticas passadas, começando por realizar uma ampla reforma cambial, condição necessária para que fosse concedido um empréstimo que o país o país buscava junto ao Fundo e aos bancos privados¹².

Diante da austeridade das medidas impostas pelo FMI ao país, e da impossibilidade política de sua execução, em junho de 1959 Juscelino rompe unilateralmente com a instituição. Porém, com o agravamento, em 1960, das contas externas – o déficit da balança comercial, a redução do fluxo de capitais privados e os aumentos nos pagamentos de serviços no exterior-, “*O governo recorreu a empréstimos de curto prazo e restabeleceu relações com o FMI, dele sacando US\$ 47,7 milhões*”.(Leopoldi, 1991:126).

O governo JK terminou em janeiro de 1961 com um legado de sucessos, no plano desenvolvimentista, ao governo posterior. Deixou também um saldo de dificuldades determinadas pelo processo inflacionário, pelo endividamento externo e pelos déficits no balanço de pagamentos.

¹² Segundo Leopoldi (1991), “...o Brasil buscava junto ao Fundo o aval para um empréstimo aos bancos norte-americanos (US\$ 100 milhões do Extimbank e US\$ 58 milhões de bancos privados) e o direito de sacar no próprio FMI US\$ 74,9 milhões)”(Leopoldi, 1991:124)

I.1.2. O GOVERNO JÂNIO-JANGO

Como frisado anteriormente, juntamente com o desenvolvimento no plano econômico, o governo JK deixou para o governo posterior um saldo de dificuldades materializadas por um processo de alta inflação – em torno de 29% em 1960 (tabela 2)-, pelo endividamento externo em torno de três bilhões, dois dos quais deveriam ser saldados no período 1961-1964¹³, pelo déficit público e também na balança de pagamentos.

Nesse contexto, Jânio Quadros, consagrado pelas urnas e derrotando o Marechal Lott – o que significou uma das maiores derrotas políticas para JK -, assume em janeiro de 1961, prometendo varrer para longe a inflação e a corrupção que dizia ter sido a marca do governo anterior.

Diante do quadro macroeconômico em que se encontrava o país, Jânio lança um pacote de medidas de cunho ortodoxo, recebido de bom grado pelos credores do Brasil e pelo FMI. Tais medidas garantiram a rolagem da dívida e a concessão de novos empréstimos.

Segundo Villela (2004), tudo leva a crer que Jânio Quadros não possuía como político, um viés desenvolvimentista nos moldes do governo JK. Sua estratégia geral seria a execução de um processo de estabilização e recuperação do crédito externo para 1961 e uma retomada, em bases mais modestas, do crescimento alicerçado pelo capital estrangeiro. Contudo, esse diagnóstico nunca foi e nunca poderá ser confirmado, visto a sua curta permanência como chefe da Nação. Sua renúncia em Agosto de 1961, sem nenhuma explicação convincente, deu início a um período conturbado de crise política cujo desfecho foi a queda do regime democrático.

Com a renúncia de Jânio, assume sob a condição imposta pelo Congresso da vigência de um sistema parlamentarista e com poderes diminutos, o vice João Goulart. O sistema parlamentarista perdura até 6 de Janeiro de 1962, quando um plebiscito confere ampla vitória aos defensores da volta ao regime presidencialista.

Quando em 1962 a taxa de crescimento acusa uma queda de 2% em relação a 1961¹⁴, o governo de Jango lança o Plano Trienal - um misto de ortodoxia e medidas de cunho reformista-social.

¹³ Araújo, Bastos & Melo (2006: 81)

¹⁴ Villela (2005:61)

As medidas contracionistas do Plano Trienal, aliadas às anteriores do governo de Jânio Quadros, tiveram como resultado o recrudescimento dos movimentos sindicais que haviam ganhado força no governo de JK e agora no governo de Jango lutavam contra todas as reformas que implicassem em perdas salariais, aumento do custo de vida e do desemprego.

Ocorre que o mundo vivia o contexto da Guerra Fria e tais movimentos de massa eram entendidos como um perigo eminente, para o sistema capitalista – o socialismo –, a ser combatido. É nesse contexto que sob o consenso e anuência de diversas lideranças políticas e sociais – inclusive do ex-presidente JK – que João Goulart é deposto no início de 1964 e um regime de exceção é imposto ao país. Regime que permaneceria por 20 anos¹⁵.

Política Macroeconômica

Inserido no pacote de mudanças instituídas por Jânio Quadros estava a Instrução 204 da SUMOC. Tal instrumento teve como objetivo a desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial. Nesse novo cenário o câmbio de custo, foi desvalorizado em 100% (de Cr\$100/US\$ para CR\$200/US\$)¹⁶ e os leilões continuaram a ser realizados para a categoria especial. Adicionalmente, passa a vigorar o sistema de Letras de Importação pelo qual os importadores, ao comprarem suas divisas, realizavam uma operação colateral depositando no Banco do Brasil, por 150 dias, o valor em cruzeiros correspondente à importação e recebendo as referidas Letras de Importação.

Logo após, outras Instruções da SUMOC determinaram medidas como a retenção de US\$22 por saca de café exportado e que as demais exportações fossem realizadas à taxa de mercado livre. Também foi extinto o câmbio de custo.

Embora essa reforma cambial tenha sido uma medida que visava, entre outras metas, a queda inflacionária, o período 1961 -1964, não apresentou trégua, tendo como causa principal, segundo Araújo, Bastos e Melo (2006), a desvalorização cambial e os aumentos salariais.

Observe que ao vender dólares por um preço maior que o de compra, o Governo atuava no sentido de contrair o estoque de moeda. Dessa forma é de se esperar que a extinção do

¹⁵ Villela (2005:63)

¹⁶ Abreu (1990:198)

ágio – através da extinção do câmbio de custo – não tenha, sobre o estoque de moeda, um efeito de contração. Nesse sentido uma medida como essa não pode ser usada como argumento de controle inflacionário¹⁷.

Ao final de 1962, já no governo presidencialista de Goulart, a decisão estabelecida para tentar solucionar os problemas econômicos veio através do Plano Trienal, tendo a frente de sua elaboração o mais eminente economista ligado à CEPAL, Celso Furtado. As medidas que compunham o plano baseavam-se em um diagnóstico ortodoxo que enfatizava o excesso de demanda via gasto público, como causa principal.

Para alcançar a meta de 25% para a inflação para 1963 e baseado no diagnóstico de que o déficit público seria a causa maior do processo inflacionário, o governo anunciou aumentos do trigo e de derivados do petróleo de 70% e 100%¹⁸. Introduziu também os reajustes das tarifas de transportes urbanos, além de cortes nos gastos públicos. Em relação aos créditos estabeleceu limites de expansão ao setor privado de 35% para o limite de uma taxa de 60% de inflação¹⁹. Também foi instituído o aumento dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais de 24% para 28%²⁰.

Em abril de 1963, em reação a essas medidas recessivas, tanto o Congresso como as lideranças sociais manifestaram-se contrariamente a política implantada, levando o presidente a desistir de seguir em frente com essa estratégia. Assim as importações de trigo e derivados de petróleo tiveram seus subsídios restituídos e reajustes para o funcionalismo público e aumento do salário mínimo foram concedidos.

A despeito da recuperação das exportações nesse ano, o Balanço de Pagamentos (ver tab.4), também sofreu deterioração em vista da contração das entradas autônomas de capital.

Tabela 4: Balanço de Pagamentos (valores em US\$ milhões)

Especificação	Balança Comercial	Serviços	Merc. e Serviços	Transf.	Transações Correntes	Capitais	Superávits Deficits	Atrasados Comerciais
1963	113	-269	-157	43	-114	-54	-244	14

Fonte: Araújo, Bastos e Melo (2006) Elaboração própria.

¹⁷ “ A estreita relação da nova política cambial com a política anti-inflacionária do governo é claramente explicitada: “... a Instrução 2004 é sobretudo um instrumento de contenção do processo inflacionário que vinha desgastando as resistências do País e ameaça.... atingir nesse ano as raias do paradoxismo” (Mariani, 1961, pp. 11 e 20)”(Abreu,1990:199).

¹⁸ Abreu (1990:207)

¹⁹ Abreu (1990:207)

²⁰ Abreu (1990:207)

Esse cenário desfavorável e as crescentes manifestações sociais tiveram como conseqüências a queda de João Goulart e o início do regime militar.

I.1.3 O GOVERNO CASTELO BRANCO

O regime de exceção que se inicia em 1964, sob a égide do marechal Humberto Castelo Branco, tinha um discurso que atribuía ao governo a missão de salvar o país do caos econômico e político no qual ele se encontrava. Para tanto foi anunciado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), um plano que *“....definia como principal objetivo, para o biênio 1965-1966, acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país e conter progressivamente o processo inflacionário para alcançar um razoável equilíbrio de preços em 1966”* (Prado & Sá Earp, 2003: 213).

A idéia central dessa seção é expor em linhas gerais as diretrizes desse plano de estabilização e a reforma estrutural – financeira e tributária – que se processou e que possibilitou, ou facilitou, a fase de grande crescimento econômico do período 1967-1973 – a era do Milagre Econômico-, que se deu em um contexto externo bastante favorável.

O PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

O ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, Roberto Campos, apresentou um diagnóstico das causas do processo inflacionário do país. De importância maior estavam a incidência constante de déficits governamentais e a continua pressão salarial. Os déficits seriam os responsáveis pela expansão dos meios de pagamento que, por sua vez, sancionavam os aumentos de salários. Nesse contexto foi elaborado o PAEG cujas medidas, segundo Hermann (2005) seriam:

- um programa de ajuste fiscal via aumento da arrecadação tributária e de tarifas públicas e de contenção dos gastos governamentais;
- orçamento monetário prevendo taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamentos;

- uma política de controle do crédito ao setor privado. O crédito ficaria limitado às mesmas taxas de expansão dos meios de pagamento, previamente definidos;
- mecanismo de revisão salarial onde o critério seria o reajuste com base no salário real médio verificado no biênio anterior acrescido de porcentagem correspondente ao aumento da produtividade. Além disso, seria acrescentada a metade da inflação programada para o ano seguinte, o resíduo inflacionário. Foi também estabelecimento princípio da anuidade dos reajustes.

A estratégia do PAEG, no que concerne ao combate à inflação, revela ter sido de cunho gradual, pois não se propôs a eliminar o processo inflacionário em curto espaço de tempo, antes prevendo atenuá-lo ao longo de três anos, permitindo uma inflação de 10% ²¹ para o terceiro ano.

Por outro lado, sob o argumento de eliminar ou atenuar as distorções de preços relativos e contribuir para o ajuste fiscal e do balanço de pagamentos, foram corrigidas as tarifas públicas e a taxa de câmbio, diagnosticadas como defasadas e que contribuíam para o déficit público, não permitindo a capacidade de autofinanciamento das estatais.

Assim, a taxa de câmbio, segundo Furtado (1982), que no passado serviu para subsidiar a formação de capital fixo na indústria, agora deveria ter como objetivo básico preservar a coerência entre os preços das importações, os custos das exportações e o poder de compra da moeda. Tratava-se de evitar que a inflação erodisse a renda real do setor exportador, que como fonte de emprego ou elemento criador de capacidade de pagamento no exterior, era de importância primordial.

Por outro lado, para evitar uma grave crise recessiva, era necessário que não se procedesse a um ajuste fiscal e monetário muito restritivo, ou seja, era necessário que se preservasse a renda agregada de uma queda abrupta, enquanto se implantava o plano de combate à inflação. Na verdade predominava-se ainda a ideia de que seria possível conciliar esse combate com taxas razoáveis de crescimento do PIB. O fenômeno que conciliaria esses dois ditames seria

²¹ Hermann (2005:72)

a correção monetária – remédio que acabou por introduzir uma rigidez ao processo inflacionário que se aceleraria nos anos 1980²².

As reformas estruturais

Segundo Lara Resende (1990), a necessidade de reformas institucionais acompanhou o PAEG desde seu diagnóstico. As três áreas prioritárias a sofrerem mudanças foram o sistema tributário, o sistema financeiro, e as restrições ligadas ao comércio exterior.

Uma medida que cabe destaque é a introdução do mecanismo de correção monetária, que possibilitou a convivência com uma taxa inflacionária, pois através das ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional -, conseguiu-se uma forma de financiamento do déficit público, que tornava a política monetária mais eficiente, na medida em que garantia uma remuneração real aos detentores da dívida pública cuja taxa de remuneração era corrigida em acordo com a taxa de inflação.

Ao sistema tributário foram introduzidos os seguintes instrumentos:

- Autorização da arrecadação via Rede Bancária.
- Extinção do imposto do selo sobre profissões e diversões públicas;
- Criação do ISS a ser arrecadado pelos municípios;
- Criação do ICM, que substituiu o imposto sobre vendas, incidente sobre o valor adicionado;
- Ampliação da base de incidência sobre o IRPF;
- Criação do fundo de participação dos estados e municípios – FPEM que instituiu que parte dos impostos seria repassada as demais esferas do governo.
- Ação centralizadora que limitava o direito dos Estados e Municípios de legislar sobre tributação.

Nesse novo quadro, a carga tributária passou de 16% em 1961 para 21% em 1967²³. Contudo tratou-se de uma reforma centralizadora e regressiva, pela maior incidência de

²² Hermann (2005:73)

²³ Hermann (2005: 75)

impostos indiretos que penalizava os trabalhadores que alocam sua renda praticamente toda em consumo.

A reforma financeira tinha como objetivo complementar o Sistema Financeiro Brasileiro constituindo um segmento privado que atuasse como financiamento a longo prazo e dotar tal sistema de mecanismos capazes de sustentar o processo de industrialização já em curso, de forma não inflacionária. Nesses termos, as principais medidas foram:

- Reorganização do funcionamento do mercado monetário através da criação do BACEN – executor da política monetária – e do CMN ao qual foi atribuído as funções normativas e reguladoras do SFB.
- Segmentação do sistema com a criação de: Bancos Comerciais, aptos a fornecerem crédito médio e curto prazo; Bancos de Investimentos para créditos de longo prazo; Financeiras, voltadas para o financiamento direto ao consumidor de curto e médio prazo; Corretoras e Distribuidoras de Valores para o mercado primário e secundário de ações.
- Lei 4380 que instituiu o Sistema Financeiro de Habitação que integrado aos novos programas de Seguro Social, o PIS e o PASEP, passou a ser um poderoso agente de captação de poupança privada forçada.
- Banco Nacional de Habitação, principal instituição do SFH.
- Resolução 63 do BACEN, que regulamentou a captação de empréstimos externos pelos Bancos Nacionais para repasse às empresas domésticas;
- Possibilidade de captação direta de recursos externos pelas empresas privadas nacionais;
- Facilitação da remessa de lucros ao exterior.

Com relação ao setor externo houve uma simplificação e unificação do sistema cambial, assim como uma modernização e dinamização das agências do setor público ligadas ao comércio exterior, além do aumento dos juros para atrair capital. A reforma financeira, através da maior abertura ao capital externo integrou o SFB ao sistema financeiro internacional.

Além desses três pontos a que se refere Lara Resende (1990), ainda existiu a Reforma Trabalhista que entre outras medidas contou com o fim das livres negociações de reajustes, ou seja, fim da liberdade sindical e o fim da estabilidade no emprego. Até essa data, o empregado após dez anos em uma mesma firma, passava a gozar de estabilidade não podendo ser

dispensado sem justa causa. Essa lei foi extinta e substituída pelo FGTS – fundo de garantia pelo tempo de serviço. Tal instrumento trata-se de um seguro recolhido pelo empregador e que em caso de demissão sem justa causa, o trabalhador tem o direito de sacar. Tal medida foi tomada no sentido de flexibilizar o mercado de trabalho e aumentar a oferta de mão de obra.

Essas foram, em linhas gerais, as reformas estruturais realizadas no Governo Castelo Branco. Contudo, a maioria dos benefícios só se fez sentir no governo posterior, pois *“...as reformas institucionais realizadas nesse período criaram as bases para um novo modelo econômico, cuja forma definitiva só viria a aparecer no governo seguinte”*(Prado & Sá Earp, 2003:216).

Em relação ao controle da inflação, a política econômica não foi bem sucedida. A taxa não caiu abaixo dos 40% permanecendo longe da meta pretendida de 25%, em 1965, e 10% em 1966²⁴.

Quanto ao desempenho da economia, houve fraco crescimento econômico entre 1964-1965, (média anual de 2,9%)²⁵, embora tenha havido um aumento no saldo comercial explicado principalmente pelo nível adequado de taxa de câmbio que favoreceu as exportações e também pela retração das importações, fenômeno comum em momentos de desaceleração da economia. De qualquer forma o saldo do Balanço de Pagamentos foi favorecido pelo ingresso de capitais voluntários.

I.1.4. O MILAGRE ECONÔMICO

Os generais Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici foram os chefes de Estado em uma fase da economia brasileira onde o vigoroso crescimento econômico - com o PIB a taxas médias de 11% ano²⁶ -, foi acompanhado por uma queda na inflação e por uma sensível melhora no saldo do Balanço de Pagamentos. Esse quadro se mantém por cerca de seis anos consecutivos e, em decorrência, o período 1968 – 1973 ganhou a alcunha de o período do “Milagre” Brasileiro.

²⁴ Prado & Sá Earp(2003:216)

²⁵ Hermann (2005:81)

²⁶ Hermann (2005:82)

Apesar desses indicadores positivos, o censo de 1970 revelou um país com uma das piores distribuições de renda do mundo²⁷. Tal quadro formado nos anos de 1960, gerou uma série de questionamentos por parte dos economistas da época.

No que segue, em linhas gerais, será feita uma descrição dos fatores que propiciaram o desempenho econômico e social.

Condições externas e internas

Uma primeira análise situa-se nas condições pelas quais passava a economia internacional, naquele momento: uma época de expansão comercial e de grande liquidez.

A expansão comercial era fruto tanto do acelerado crescimento da economia mundial como do movimento do pós-guerra que incrementou as redes de produção internacionais. Além disso, o setor externo da economia brasileira foi favorecido através do aumento dos preços das commodities exportáveis.²⁸

Por outro lado, como os juros americanos eram tabelados e baixos, o capital, em busca de aplicações mais rentáveis, dá origem ao chamado euromercado²⁹ - por resultarem de depósitos sediados em Bancos Europeus - isentos de qualquer regulamentação e que eram aplicados nos países em desenvolvimento que ofereciam juros mais atrativos e, portanto financiavam os investimentos.

Em relação às condições internas, esse período contou com a capacidade ociosa herdada do período anterior e o maior dinamismo da demanda de bens de consumo duráveis, segundo alguns autores, reflexo da concentração de renda que permitiu o aumento do poder de compra das classes médias³⁰. Contudo, tal dinamismo econômico interno, certamente foi fruto das medidas econômicas, através do Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG) - ocorridas no governo anterior que implantaram as reformas estruturais – do sistema financeiro e tributário.

²⁷ Segundo Hoffmann(1978), o censo de 1970 revelou que os 50% da população com renda mais baixa teve um aumento insignificante de 1% da renda real média do estrato, passando de 17,7% em 1960 para 18,7% em 1970. Por outro lado os 5% da população com renda mais alta tiveram aumento percentual da renda real média de 72%.

²⁸ Lago(1990:275)

²⁹ Prado & Sá Earp(2003:217)

³⁰ Essa questão é o objeto da discussão do terceiro capítulo desse trabalho.

O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (PED)

O Ministro Delfim Neto que atuou em ambas as administrações – Costa e Silva e Médici – teve como prioridade a retomada do crescimento econômico. Para tanto em 1968 foi lançado o PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento que englobava as seguintes medidas:

- Manutenção da política de controle da inflação, mas enfatizando o componente dos custos. Deixou, então, de ser feita via contenção de créditos, passando a ser efetuada via controle de preços. Tal controle era realizado em setores não competitivos da economia - através da Comissão Nacional de Estabilização de Preços (Conep) e depois da Comissão Interministerial de Preços (Cip)- de forma a levá-los a reduzir progressivamente suas margens de lucro na medida em que aumentavam as vendas. Tais vendas foram incrementadas pela política de crédito com taxas reduzidas para o tomador de empréstimos³¹.
- Expansão do crédito para aumentar o papel das empresas privadas em um novo ciclo de crescimento da economia³².
- Aumento dos investimentos públicos e privados A meta era de que a formação bruta de capital fixo passasse dos 16% para 21%³³.
- Consolidação da infra-estrutura a cargo do governo e aumento das empresas estatais nos investimentos reduzindo a participação da administração direta não acarretando, então, problemas com o déficit primário. As empresas tinham fontes de financiamento distintas do orçamento público³⁴.
- Implantação de uma política agrícola, através de subsídios e expansão do crédito, direcionada ao aumento da produtividade e à diversificação da

³¹ Hermann (2005:84)

³² Prado & Sá Earp (2003:224)

³³ Prado & Sá Earp (2003:223)

³⁴ Hermann (2005:84-85)

produção, importante tanto para o setor externo como para o setor interno³⁵.

- A adoção, a partir de 1968 do regime de Crowling Peg, um sistema de minidesvalorizações cambiais, evitando que a inflação causasse uma defasagem que viesse a prejudicar a Balança Comercial e a atividade econômica³⁶.
- Incentivo às exportações³⁷.
- Manutenção da política salarial do período anterior. Tal medida contribuiu para a concentração da renda e para a queda do processo inflacionário³⁸.
- Liberalização dos fluxos de capitais criando condições para que as firmas brasileiras pudessem integrar-se à oferta de crédito internacional³⁹.
- Apoio ao pequeno poupador através das Cadernetas de Poupança que auferiam remuneração de 6% ao ano protegida da inflação. Observe que no mercado financeiro mundial tal situação era privilégio das grandes corporações⁴⁰.
- Apoio à centralização do setor bancário através da formação de grandes conglomerados financeiros. O número de bancos comerciais caiu de 313, em 1967, para 195, em 1970⁴¹.

Dessa forma, através de uma política fiscal e monetária expansionista, aliadas às condições favoráveis do setor externo e as condições internas herdadas do período anterior, houve a aceleração do processo de crescimento econômico.

Para esse quadro favorável contribuiu o crescimento acelerado da indústria de transformação e das indústrias de materiais de transportes, estimulado pelos gastos públicos em infra-estrutura.

A construção civil tanto a residencial como a do setor pesado, sofreram impacto positivo. A residencial foi estimulada pelo Sistema Financeiro Habitacional, criado ainda no

³⁵ Prado & Sá Earp(2003:225)

³⁶ Hermann (2005:84)

³⁷ Prado & Sá Earp (2003:230)

³⁸ Prado & Sá Earp(2003:238)

³⁹ Hermann (2005:90)

⁴⁰ Prado & Sá Earp(2003:237)

⁴¹ Prado & Sá Earp (2003:225)

governo de Castelo Branco, através do Banco Nacional de Habitação que dispunha dos recursos das cadernetas de poupança indexadas e da poupança compulsória do FGTS. Com a política de crédito foi possível financiar tanto o construtor como o comprador do imóvel. Pelo lado da construção pesada, coube ao Estado a execução das obras de infra-estrutura, através das encomendas que se destinavam a produzir aquilo que o setor privado ou não tinha interesse ou era muito dispendioso.

A expansão do Comércio Mundial, com a evolução favorável dos termos de troca permitiu o aumento das receitas de exportações. A abertura comercial, embora moderada, posta em prática nesse período, aumentou o peso das importações. Houve o aumento da diversificação da pauta de exportações onde o peso dos manufaturados passou de 20% para 31% e os produtos agrícolas passaram a ter maior variedade. Nessas condições houve a redução do peso relativo do café de 42% para 28% e a ascensão da soja que passou de 2% para 15% do total⁴².

O Déficit em Transações Correntes ocasionado pelo Déficit Comercial e na Balança de Serviços foi de fácil financiamento, uma vez que o investimento externo atingiu um montante três vezes maior que no período anterior. Em consequência a dívida externa passou de US\$4,5 bilhões em 1966 para US\$12,6 bilhões em 1973. Porém,

“O endividamento externo, no início dos anos 1970, não era visto como um problema, pois, segundo o governo, este se destinava majoritariamente a financiar a expansão de negócios do setor privado. Observe-se, contudo, que a facilidade de obtenção de empréstimos levou a que parte desse fosse destinado apenas ao aumento das reservas de divisas estrangeiras. Ninguém esperava que o Brasil estivesse às vésperas de uma crise internacional de grandes proporções, nem que as taxas de juros pudessem sofrer aumento significativo.”(Prado & Sá Earp,2003:228)

A contenção da inflação foi possível graças ao controle direto do governo sobre preços industriais e juros, pela política agrícola implantada com isenções fiscais para a compra de fertilizantes e pela política salarial em vigor que resultou em quedas dos salários reais.

Dos salários, lucros e produtividade, trata a seção seguinte.

⁴² Prado & Sá Earp (2003:227)

I.2 SALÁRIOS, LUCROS E PRODUTIVIDADE⁴³

Com o objetivo de estudar a forma com que a renda gerada na indústria foi repartida entre salários e lucros no Brasil do pós-guerra, Colistete (2009) analisou a relação entre salário real, salário produto real, produtividade e custo unitário do trabalho. Os resultados apontaram para uma concentração de renda em favor da classe empresarial, isto é, um aumento dos lucros frente aos salários.

Esse fenômeno, que sofreu oscilações durante o período 1945-1978, apresentou, tendência ao crescimento. Segundo o autor,

“Os dados sugerem uma visão pessimista quanto aos efeitos do populismo durante o governo Vargas, pelo menos em termos de transferência aos trabalhadores dos benefícios do crescimento industrial do período. Uma conclusão similar pode ser estendida ao governo Kubitschek, durante o período áureo do desenvolvimentismo.”(Colistete, 2009:402)

Entretanto, durante os governos militares ocorreu um marcante declínio das participações dos salários na renda industrial, destarte o excepcional crescimento que se iniciou em 1968.

Para a análise o autor utiliza os seguintes instrumentos de medida:

- salário real, obtido a partir do salário nominal, deflacionado pelo IPC-SP, o índice de preços ao consumidor⁴⁴;
- salário produto real obtido a partir do salário nominal deflacionado pelo índice IPA-DI – índice de preços que exclui as fases de comercialização do produto, posteriores a venda no atacado;
- custo unitário do trabalho, que avalia o custo da empresa ao produzir uma unidade do produto e é definido pela razão entre o salário produto real e a produtividade do trabalho. Mede a participação do salário no produto;
- produtividade que é a razão entre o produto e o número de trabalhadores ocupados.

Vale observar que devido à impossibilidade de separar as remunerações de proprietários, diretores e sócios, que se confundem com os lucros das empresas, dos salários dos

⁴³ Esta seção é um resumo com as idéias principais do trabalho de Renato Perim Colistete, “Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978”, de 2009. Naturalmente será considerado apenas o período 1956 -1973. Todos os dados das tabelas e gráficos têm como fonte esse trabalho. A elaboração é própria.

⁴⁴ Por questões metodológicas, o autor utiliza o IPC-SP, no lugar do IPC-MTb. O salário real é chamado pelo autor de salário-consumo real.

empregados de escritório, Colistete (2009) considera que “... o termo “salário” refere-se a rendimentos do pessoal ligado à produção, sendo os “lucros” definidos como um resíduo que abrange inclusive os salários do pessoal ligado à administração”.(Colistete, 2009:388)

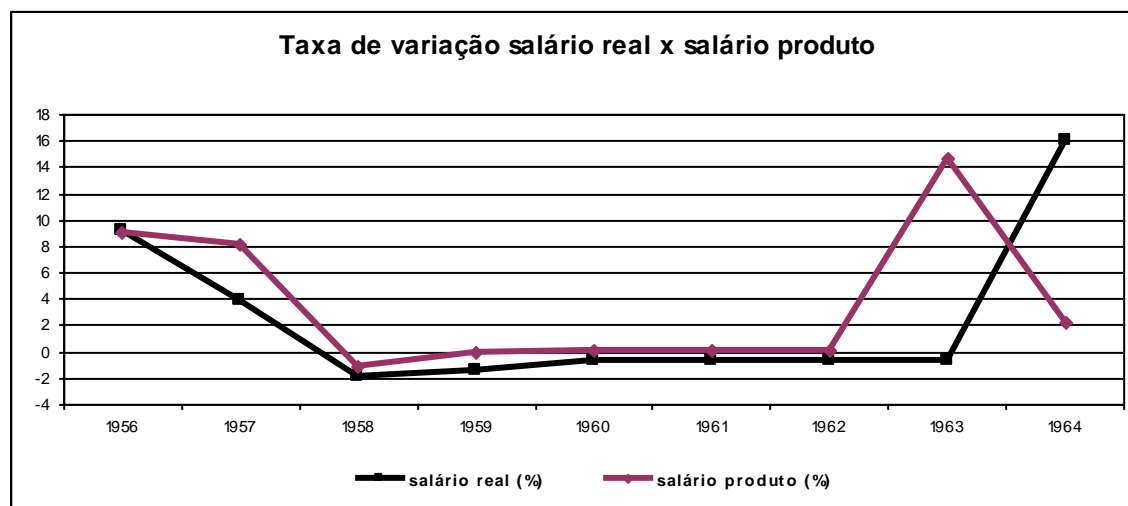
Em relação ao período Jânio-Jango, observa Colistete (2009) que uma avaliação das tendências nos salários reais desse período é prejudicada por problemas estatísticos, uma vez que o IBGE não realizou em 1960 e 1961 pesquisas industriais similares as dos anos anteriores. Além disso, a divisão em categorias de pessoal ligado à produção (operários, mestres e contramestres) e de pessoal ligado a administração (proprietários, diretores, sócios, empregados de escritório, técnicos e engenheiros) que era o critério até 1962, sofreu mudanças a partir de 1963 quando técnicos e engenheiros passaram a ser classificados como pessoal ligado à produção.

Dadas as definições e ressalvas, seguem alguns detalhes da análise nos quatro períodos governamentais - agora serão divididos em dois blocos -, de que trata este capítulo.

1.2.1 O PERÍODO DEMOCRÁTICO

Considerando os níveis salariais no período 1956-1961 do governo de JK, o balanço foi moderadamente positivo entre o início e o final, com salários industriais 7,7% maiores em 1960 que em 1956. Em relação à taxa de crescimento, o salário real sofreu uma queda de 0,2% do registrado em 1956 e o salário produto cresceu apenas 1,5%. (tab.5, graf. 1e 2)

Gráfico 1

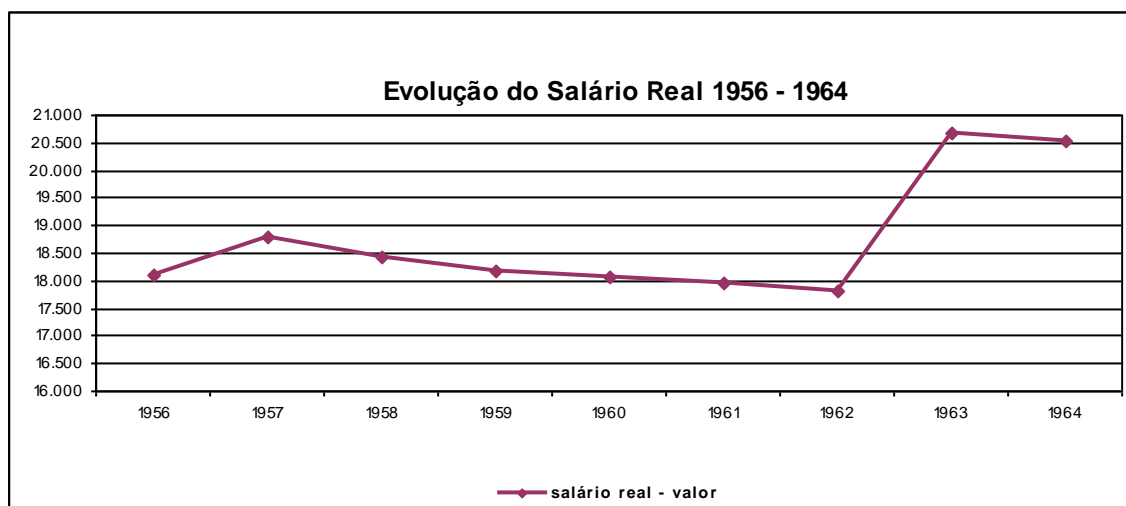


Fonte: Colistete(2009)Elaboração própria

No período Jânio-Jango, se usava a metodologia anterior a 1963 (ver tabela 5), os níveis de salários industriais reais em 1964, chegaram a 14,3% dos registrados em 1961. Há

indícios, portanto, que esses salários apresentaram tendência de elevação nos primeiros anos da década de 1960.

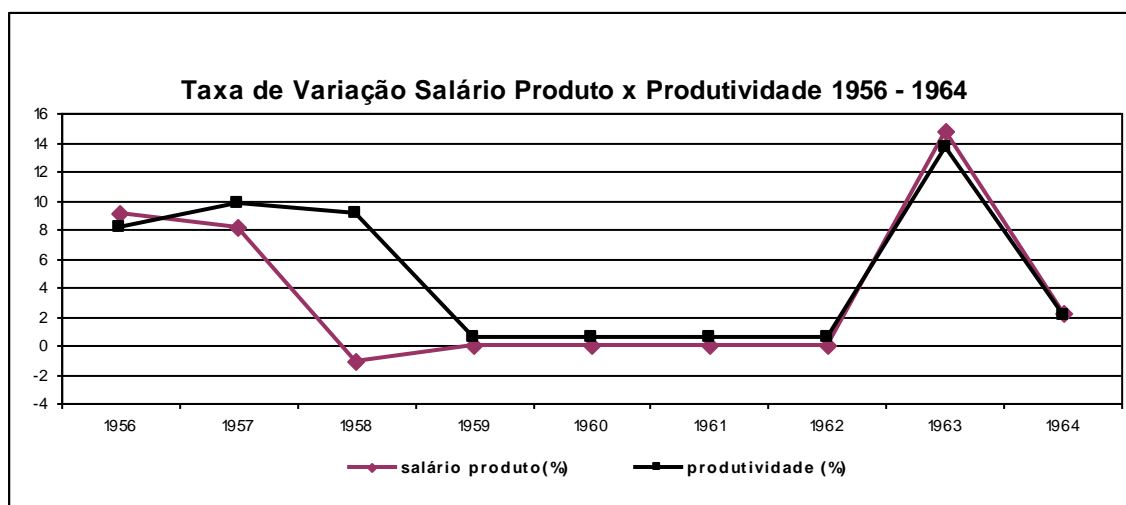
Gráfico 2



Fonte: Colistete(2009). Elaboração Própria

Em relação à produtividade, o salário produto acompanhou o crescimento da produtividade até 1957, porém entre 1958 e 1960, enquanto a produtividade cresceu em torno de 5,2% ao ano, o crescimento do salário produto foi de apenas 1,8% ao ano. Esse fato indica que os elevados ganhos de produtividade foram absorvidos pelas empresas na forma de lucros. A distribuição da renda foi, portanto, desfavorável aos trabalhadores.

Gráfico 3



Fonte: Colistete(2009). Elaboração Própria

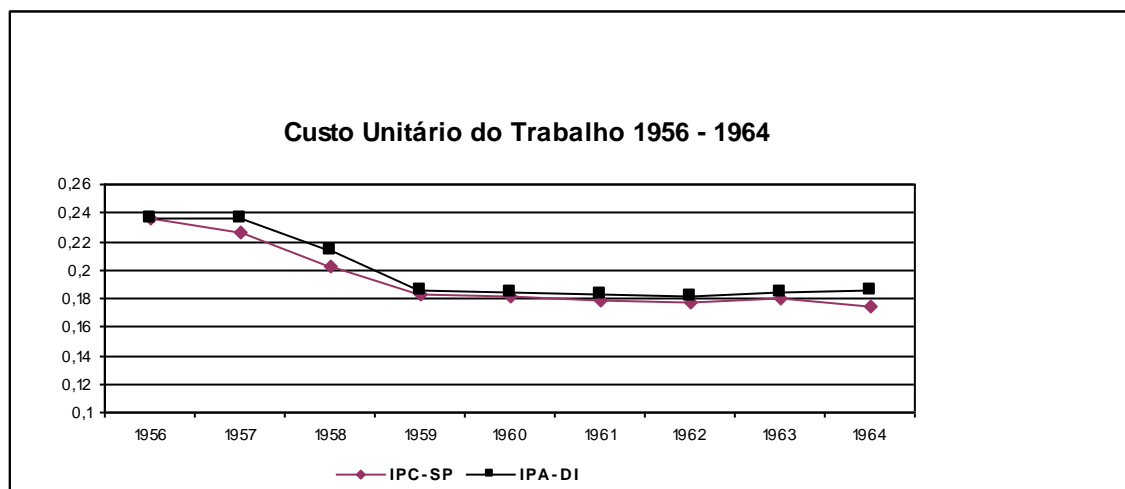
Em relação aos custos unitários do trabalho (graf. 4), em 1960, o nível chegou a apenas 78% do registrado no primeiro ano de governo JK. O declínio acentuado dos custos

unitários e da participação da renda dos trabalhadores na renda da indústria, reflete a disparidade das taxas médias de crescimento do salário produto, em torno de 2,2%, e da produtividade, em cerca de 7,3, durante esse governo. Tal resultado, segundo Colistete (2009), é notável diante das altas taxas de crescimento e desenvolvimento que caracterizaram esse período.

Os custos unitários do trabalho, no período Jânio-Jango, cuja análise enfrenta o mesmo problema metodológico enfatizado acima, quando se observa os dados obtidos a partir do mesmo processo anterior a 1963, verifica-se que no conjunto do período, a distribuição entre lucros e salários industriais permaneceu praticamente estável, com aumento de 1,1% nos níveis dos custos unitários do trabalho em 1964 em relação a 1961. Tal estabilidade relativa da participação dos salários na renda no setor industrial, segundo Colistete (2009), é digna de nota, dado o expressivo aumento dos salários reais registrados em 1963. Em meio a uma conjuntura de significativa elevação dos salários, a manutenção da distribuição entre salários e lucros somente tornou-se possível mediante ao aumento de 13,6% na produtividade do trabalho em 1963.

Observe também que o custo unitário do trabalho (graf.4), permanece praticamente constante no período 1960-1963, enquanto no período JK, ela sofre queda até 1959. Como a produtividade do trabalho cresceu de forma notável no governo JK, a queda do custo unitário se dá em decorrência desse aumento da produtividade e não pelas variações no salário. No governo Jânio-Jango, há uma tendência à estabilidade do custo unitário, que pode ser marcada pela queda na produtividade e não a partir dos salários que apresentaram comportamento similar ao período anterior, sendo exceção o pico em 1963.

Gráfico 4



Fonte: Colistete(2009).Elaboração Própria

Os dados acima apontam para uma distribuição da renda em favor dos lucros no setor industrial. Contudo, vale salientar que nesse período, o fortalecimento dos movimentos sindicais, resultado do aumento da massa de trabalhadores nos grandes centros urbanos que gozavam de relativa liberdade no governo de JK, liberdade essa que permaneceu no governo de Goulart – do partido trabalhista PTB- e favoreceu a política salarial. Em 1961, por exemplo, foi concedido um aumento de 40% ao salário mínimo, permitindo que esse recuperasse o poder de compra equivalente a outubro de 1960. Em abril de 1963, o mínimo foi reajustado em 56,25%.⁴⁵

Assim os resultados obtidos, em relação aos salários, na análise de Colistete (2009), foram, em grande parte, resultado o poder de barganha dos trabalhadores.

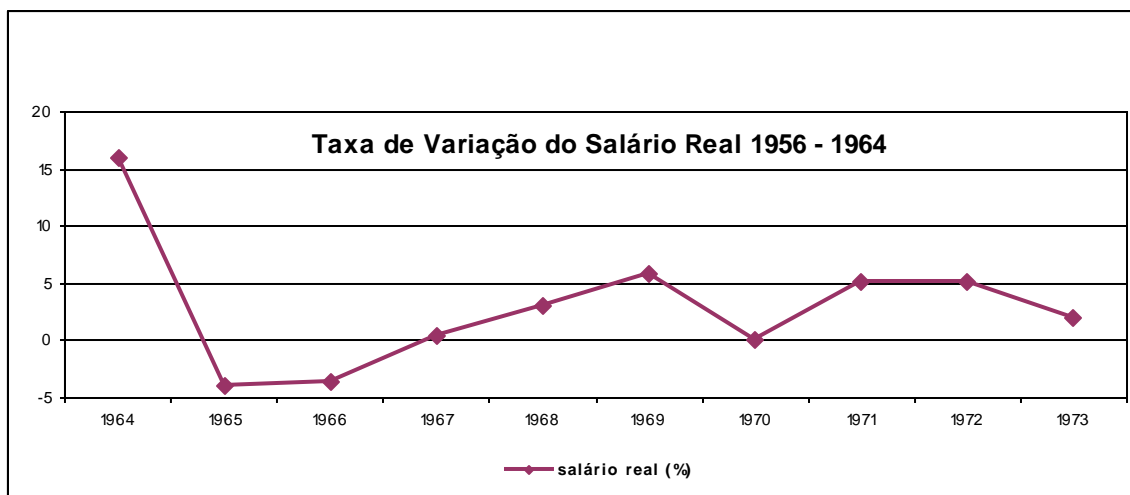
I.2.2 O PERÍODO MILITAR

Os dados sobre salário real, salário produto e produtividade (ver tabela 5) durante do período do governo Castelo Branco, demonstram que houve queda do salário real, que reduziu de 7% em 1967, em relação a 1964. Por outro lado, medido pelo salário produto, o custo unitário do trabalho caiu sucessivamente durante esse período, sendo que ao final, em 1966 o nível atingiu 85,4% do registrado em 1964. Tal queda reflete o aumento da produtividade do trabalho em contraste com a relativa estagnação dos salários reais.

Isto se deve naturalmente à política salarial que no lugar de recompor o pico do salário real alcançado á época do último reajuste, corrigia os salários na justa medida para recompor o salário real médio nos últimos 24 meses. O salário real mínimo, após o reajuste de março de 1965, foi reduzido em 18% com relação ao seu valor em fevereiro de 1964, quando fora reajustado pela última vez. Por outro lado, a previsão do resíduo inflacionário – a inflação para o ano seguinte – que entrava na formula de reajuste salarial, era a previsão oficial e esta era inferior à inflação real, logo o salário médio era reduzido.

⁴⁵ Araújo, Bastos & Melo (2006:87)

Gráfico 5

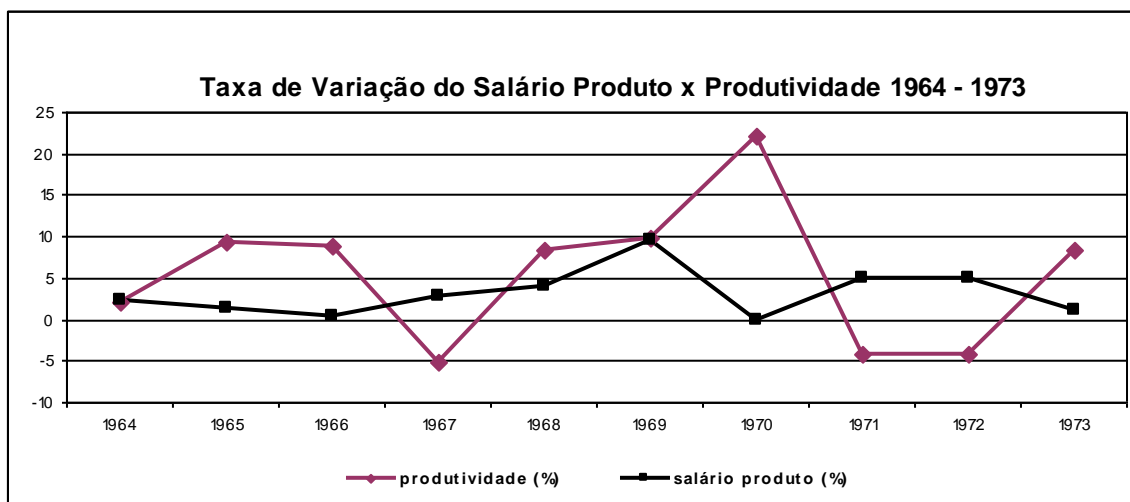


Fonte: Colistete (2009). Elaboração Própria

Durante os governos de Costa e Silva e Médici, houve um marcante declínio das participações dos salários na renda industrial, apesar do excepcional crescimento econômico que se inicia em 1968. A compressão salarial mantida pelo governo Costa e Silva e o reforço sobre o controle das organizações trabalhistas durante do governo Médici resultaram em que o salário real caísse ou estagnasse, como ocorreu em 1970, ocorrendo um crescimento bastante modesto no restante do governo Médici (ver tabela 5 e graf. 5).

Em relação ao custo unitário do trabalho, no período 1967-1973, houve no início uma elevação, revertida nos anos seguintes. O expressivo aumento da produtividade permitiu que mesmo em presença de um aumento do salário produto, fosse mantido a tendência da distribuição regressiva da renda em favor das empresas.

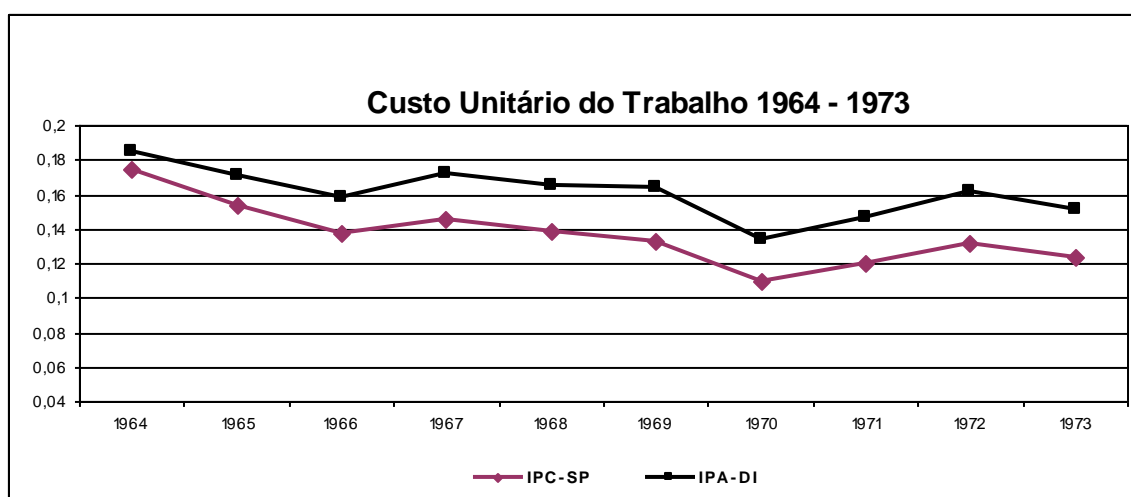
Gráfico 6



Fonte: Colistete(2009)Elaboração Própria

No governo Médici o custo unitário do trabalho sofreu queda acentuada, em torno de 18,3% em 1970, seguida de aumentos em torno de 9,7% em 1971 e 1972 e nova redução de 6,8% em 1973;. Os aumentos dos custos do trabalho em 1971 e 1972, segundo Colistete (2009) estão diretamente ligados às quedas absolutas de produtividade constatadas nesses anos. Porém com a retomada da produtividade em 1973 foi superado o baixo crescimento do salário produto, levando a uma nova queda do custo unitário do trabalho. Assim, de forma geral a distribuição entre salários e lucros tornou-se muito mais desfavorável aos trabalhadores industriais entre 1968-1973, apesar do elevado crescimento do produto industrial nos anos do milagre econômico.

Gráfico 7



Fonte: Colistete(2009)Elaboração Própria

Em relação ao governo militar da época do milagre econômico, segundo Colistete (2009), existem três fatores importantes para qualquer estudo sobre a distribuição entre salários e lucros: o primeiro é o crescimento do salário médio, resultante de um aumento no número de empregos no setor industrial que permitiu, uma certa mobilidade social e o aumento do percentual da população com rendimentos acima do mínimo. Outro fator é o expressivo aumento da produtividade durante o período que promoveu reduções no custo unitário do trabalho. Por último está a política de arrocho salarial que só foi possível, visto ser uma fase de marcante crescimento econômico, através de um regime de exceção, que interveio em sindicatos e tornou qualquer tipo de manifestação popular ilegal.

Tabela 5: Salários reais, produtividade e custo unitário do trabalho
(valores médios anuais em Cr\$ 1.000,00 de 1952 e taxas anuais de crescimento em %)

A N O	Salario Real IPC - SP		Salário Produto IPA-DI		Produtividade		Custo unitário do Trabalho IPC-SP	Custo Unitário do Trabalho IPA-DI
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	Valor
1956	18.103	9,25	18.128	9,11	76.676	8,16	0,236	0,236
1957	18.798	3,84	19.613	8,19	82.932	9,77	0,227	0,236
1958	18.444	-1,89	19.382	-1,17	91.032	9,14	0,203	0,213
1959	18.187	-1,39	18.400	-5,07	99.360	0,53	0,183	0,185
1960	18.066	-0,66	18.407	0,04	100.422	0,53	0,181	0,184
1961	17.948	-0,66	18.414	0,04	100.422	0,53	0,179	0,183
1962	17.827	-0,66	18.421	0,04	100.957	0,53	0,177	0,182
1963	20682	-0,66	21.130	14,70	114.677	13,59	0,180	0,184
1964	20.515	16,01	21.609	2,27	116.988	2,02	0,175	0,185
1965	19.720	-3,88	21.891	1,31	127.856	9,29	0,154	0,171
1966	19.006	-3,62	21.967	0,35	139.056	8,76	0,137	0,158
1967	19.099	0,49	22.593	2,85	131.716	-5,28	0,145	0,172
1968	19.684	3,07	23.497	4,00	142.671	8,32	0,138	0,165
1969	20.884	5,89	25.757	9,62	156.670	9,81	0,133	0,164
1970	20.867	0,11	25.709	-0,18	191.357	22,14	0,109	0,134
1971	21.942	5,15	27.015	5,08	183.158	-4,28	0,120	0,147
1972	23.072	5,15	28.387	5,08	175.310	-4,28	0,132	0,162
1973	23.526	1,97	28.678	1,02	189.873	8,31	0,124	0,151

Fonte: Colistete(2009). Elaboração própria

I.3 CONSIDERAÇÕES⁴⁶

Nesse capítulo buscamos, através da retrospectiva histórica, frisar a política econômica implantada em cada período, bem como as condições externas que atuaram, favorável ou desfavoravelmente, nos quatro governos e que propiciaram o desempenho econômico entre 1956-1973.

Também lançamos mão do trabalho de Colistete (2009), que apontou para a concentração da renda em favor dos lucros, em todos os períodos, sendo que no período do milagre econômico, essa distribuição regressiva sofreu recrudescimento.

⁴⁶ Essas considerações são oriundas de notas do Professor Carlos Pinkusfeld Bastos. Tais notações consistem nos primeiros passos para a consecução de um trabalho sobre concentração de renda nos anos 1970.

Assim, o período do Milagre Econômico contrasta as altas taxas de crescimento com a deterioração dos índices de distribuição da renda. Na verdade, quando se verificou em 1970 esse fenômeno, muitas foram as teorias propostas para explicar a controvertida dicotomia entre crescimento e concentração de renda. Das diferentes causas que acarretariam tal processo surgiram as seguintes hipóteses:

- Hipótese Lewisiana – de Arthur Lewis: O processo de acumulação de capital inclui a passagem de uma economia dual para uma economia na qual um setor atrasado, o de subsistência, forneceria mão de obra para o setor moderno - o capitalizado. Assim, embora cresça a produtividade do trabalho, em decorrência da utilização de métodos mais eficientes, os ganhos da produtividade não são repassados para os salários, sendo esses calculados pela produtividade média do setor de subsistência. Esse processo acarreta uma concentração da renda em favor dos lucros. Com o desenvolvimento, a absorção de maior parte da mão de obra no setor moderno e a elevação da produtividade média no setor agrícola, esse processo tende a se reverter.
- Hipótese do Capital Humano: A remuneração das pessoas está associada à capacidade adquirida através da qualificação. Com o crescimento do setor moderno, a massa que acompanha essa modernização através da qualificação, terá uma remuneração superior aos não qualificados. Nesse sentido a mudança distribuição da renda, ou sua eventual concentração, estaria ligada mais a uma mudança na distribuição pessoal e não na funcional – de mudança nas parcelas relativas de salário e lucro - e seria solucionada através de um sistema educacional de massa que elevasse o capital humano de uma parcela maior da população.
- Hipótese da Poupança Forçada: Haveria uma contradição natural entre crescimento econômico acelerado e melhoria na distribuição de renda. Para que haja o crescimento é necessário que haja um processo de poupança forçada, ou seja, a poupança máxima possível ou consistente com um salário desejado pelos trabalhadores é incompatível com a taxa de

investimento que proporciona o processo de industrialização acelerado. Outra variante dessa versão, mais caras a alguns autores Cepalinos, apresenta essa incompatibilidade entre taxa de investimento desejada e poupança potencial máxima como resultado da baixa propensão a poupar dos capitalistas. Nesse caso a solução seria a taxação dos lucros e elevação do investimento público.

- Hipótese do consumo de duráveis: Essa é uma visão da escola estruturalista, representada pela CEPAL que consiste na idéia de que na medida em que se desenvolve o processo de substituição de importações e se passa a produzir bens de maior valor unitário, é necessário criar uma demanda interna para que o capital investido possa se realizar. Isso implicaria em dotar uma parcela da população com maior poder de consumo o que resultaria em uma maior concentração da renda em favor dessa classe favorecida. Nessa hipótese, além da distribuição funcional é também levada em conta a distribuição pessoal da renda.
- Hipótese do ajuste antiinflacionário: Essa hipótese diz respeito à contenção do processo inflacionário, via redução dos custos salariais o que implicaria, na prática, em arrocho salarial e, conseqüentemente, em uma distribuição da renda favorável aos lucros. A questão é que no Milagre Econômico, ao que tudo indica havia espaço para reverter a política salarial e isso não foi realizado.

Nesse trabalho nos deteremos sobre a hipótese de consumo de duráveis. Como já descrito, tal hipótese justificaria a concentração da renda ocorrida no período do milagre econômico brasileiro como uma mola propulsora para a retomada do crescimento econômico. Tal hipótese foi veiculada pela escola estruturalista, mais especificamente através de dois de seus maiores expoentes: Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares.

Assim, a idéia central desse estudo é buscar evidências de que as premissas utilizadas por esses dois autores, para chegar a tal conclusão não são consistentes com os fatos de história econômica nem com o arcabouço teórico das diversas escolas - clássica, neoclássica, heterodoxas - no que diz respeito à teoria da distribuição.

Nesse sentido, no próximo capítulo discorreremos sobre a teoria da distribuição descritas pelas referidas escolas econômicas, com o objetivo de, no terceiro capítulo, confrontar essas teorias – principalmente as heterodoxas – com a descrição do processo econômico que engendrou a retomada do crescimento entre 1968-1973, feita por esses dois autores já especificados.

CAPÍTULO II: ACUMULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Nesse capítulo serão descritas, em linhas gerais, as formas como as principais escolas econômicas tratam a relação entre o processo de acumulação e a distribuição da renda. Tal relação é vista de forma distinta pelas diferentes escolas. A escola clássica, por exemplo, tem a concentração da renda como uma consequência do processo de acumulação, enquanto a escola neoclássica não apresenta nenhuma relação de causalidade entre distribuição e acumulação. Nas teorias heterodoxas, aqui tratadas, - que têm no Princípio da Demanda Efetiva, sua diretriz principal -, salvo a teoria de Cambridge, têm a distribuição regressiva da renda como fator limitante para o processo de acumulação. A teoria de Cambridge, que tem na distribuição da renda, fator de ajuste para o processo de acumulação, seria uma possibilidade para justificar a concentração de renda como fator necessário para a expansão econômica. Porém, as hipóteses desse modelo não são condizentes com as premissas estruturalistas quando da explicação do processo de expansão verificado no período do milagre brasileiro.

Vale observar que, nesse capítulo, será considerada a distribuição funcional, que se refere à forma como a renda é distribuída entre os lucros empresariais e os salários dos trabalhadores. Não será levada em conta a distribuição pessoal, ou seja, a distribuição da renda entre as famílias.

Além do já exposto, cabe ressaltar que como a diretriz desse trabalho é no sentido de mostrar que as premissas que levaram os autores Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares a inferir que a concentração de renda foi fator determinante para a retomada do crescimento, não encontra fundamentação na história econômica nem nos modelos teóricos, nesse capítulo descreveremos os modelos das diferentes escolas.

Como último adendo, temos que a descrição desses modelos será feita com base nos trabalhos de Celso Furtado(1983), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (1978), Franklin Serrano (2001) e Cesaratto e Serrano (2002).

II.1 A TEORIA CLÁSSICA⁴⁷

II.1.1 DAVID RICARDO

Os economistas da primeira metade do século XIX, particularmente os ingleses, ao estudarem o processo de acumulação do capital, não o fizeram com vistas a explicar o desenvolvimento econômico. Justificar a forma como se repartia a renda social, era o principal objetivo.

Tal fenômeno se explica pelo fato de que embora classificassem os elementos da produção em três fatores: terra, capital e trabalho, atribuíam a este último – o trabalho – a origem de todo o valor. Entretanto, a quantidade de trabalho que podia ser empregado estava determinada pelo montante de capital acumulado. Assim,

“Essa teoria estabelecia, implicitamente, que o nível dos salários reais não era arbitrário – e que, portanto, não podia ser modificado pela ação de sindicatos ou do governo – dependendo da oferta de trabalho e da capacidade de emprego da economia.”
(Furtado, 1983:18).

Porém, a capacidade de emprego era uma função do “fundo de salários” – capital circulante disponível -, ou o capital acumulado.

Dessa maneira, para formalizar o raciocínio partiam de dois pressupostos:

- o princípio da população, definido por Malthus;
- a lei dos rendimentos decrescentes, que se supunha prevalecer na agricultura.

Ricardo argumentava que a renda da terra tendia a crescer sempre que fossem utilizadas terras de qualidade inferior e, apoiando-se na lei de Malthus, dizia que a população tendia a crescer sempre que o salário do operário superava o nível de subsistência.

Assim, se a relação entre terra e população fosse favorável, os salários eram altos e os lucros elevados. Porém, salários altos significam crescimento rápido da população e utilização de terras de qualidade inferior que implicavam em menor produção de alimentos. O aumento dos preços dos alimentos tinha como efeito a elevação tanto da renda da terra quanto do custo de mão de obra.

⁴⁷ Essa seção é um resumo das principais idéias do Capítulo I do livro de Celso Furtado “Teoria Política do Desenvolvimento Econômico” de 1983.

Nesse contexto, a produtividade média da população ocupada tendia a baixar ao mesmo tempo em que a renda da terra se elevava. Os salários desciam ao nível de subsistência e os lucros tendiam a desaparecer.

Logo, o modelo de Ricardo estabelecia, então, dois princípios:

- a elevação dos salários, consequência da acumulação de capital, não podia ser feita com o sacrifício dos lucros dos empresários.
- a classe proprietária das terras constituía um peso social crescente, o qual só poderia ser reduzido mediante uma política de importação de produtos agrícolas.

Dessa forma, Ricardo conseguiu mostrar, ainda que em um contexto particular de preocupação com a parte do excedente que iria para os lucros, a relação inversa entre salários e lucros. Nessa visão a acumulação de capital era prejudicada pela classe dos proprietários de terras.

Segundo Celso Furtado, *“Ricardo, consciente ou inconscientemente desempenhou o papel de ideólogo da classe industrial inglesa...”* (Furtado, 1983:18).

II.1.2 KARL MARX

A visão clássica marxista é fundamentada na Teoria do Valor-Trabalho. A lei do valor trabalho surgiu na economia clássica, *“como decorrência da doutrina do direito natural, a qual legitimava a propriedade pelo trabalho”*.(Furtado, 1983:22). Em Adam Smith ela é a base de uma teoria dos preços, visto que duas mercadorias que requeiram o mesmo esforço para serem feitas, têm valor similar, devendo ser vendidas por preços aproximados.

A lei do valor, em Marx, assume outra importância.

Por detrás dessa lei está o trabalho abstrato que tem sua razão de ser na força de trabalho. A força de trabalho, por sua vez, é uma mercadoria que se vende e se compra no mercado e que tem o dom de incorporar o trabalho abstrato.

Para explicar essa relação entre trabalho abstrato e força de trabalho, Marx utiliza a dicotomia valor de uso e valor de troca. O valor de uso é a capacidade criadora de valor do trabalho abstrato. O valor de troca, por sua vez, é o preço de mercado da força de trabalho, ou

seja, o salário do trabalhador. Deduz-se então que “o “valor” dos bens é dado pelo que eles custam em salários. ”(Furtado, 1983:23). Nesse sentido o valor é criado por aquela parcela de trabalho abstrato “socialmente necessário”, que se incorpora ao bem e não corresponde à quantidade de força de trabalho vendida pelo operário ao patrão.

Dessa forma, o trabalho é a fonte do produto social, isto é, a quantidade de “valor” que a coletividade cria em determinado período de tempo. Essa capacidade produtiva da coletividade é a soma das forças de trabalho de todos os assalariados. Tudo que não seja trabalho assalariado deve ser ignorado, pois não tem qualquer capacidade criadora de “valor”. Assim ao comparar o produto social líquido com a massa de salários pagos em sua produção, obtém-se o excedente social ou a “mais-valia”, que corresponde ao fruto do “trabalho não pago” aos operários.

Em vista disso, a teoria marxista tem na posição ocupada pelos trabalhadores e capitalistas, no momento da produção, a definição dos limites e possibilidades de cada uma dessas classes sociais no que tange à distribuição da renda entre salários e lucros. Tais limites, que nascem do antagonismo entre capital e trabalho, se traduzem em nova e antagônica força manifesta no desejo dos trabalhadores em melhorar suas condições de vida e na ânsia dos capitalistas em expandir o valor de seu capital. Os salários, então, são definidos por um limite inferior que é o custo de reprodução da força de trabalho e superiormente pelas exigências da acumulação capitalista.

Nesse contexto, a categoria marxista “mais valia” é o elemento crucial no processo de produção, podendo ser considerada a decodificação das relações sociais da produção, que define as regras da distribuição que, por sua vez, intermédia as esferas da produção, troca e acumulação. Entender o processo distributivo seria, então, decodificar as leis que governam a definição da taxa de mais valia.

Assim, segundo Belluzzo (1978), a distribuição é realizada internamente ao sistema e nasce da contradição inerente ao processo de acumulação. Quando a taxa de acumulação cresce, traz com ela a necessidade de maior quantidade de mão de obra, que por sua vez reduz a quantidade de trabalhadores desempregados – o exército de reserva-, fazendo com que haja uma tendência a um aumento salarial. Diante disso, o capitalista procura lançar mão do progresso técnico que aumenta a produtividade do trabalho, poupando mão de obra e voltando a aumentar o exército de reserva. Essa ação contínua, embora aumente, através do crescimento da

produtividade, o salário real, faz com que a relação entre salários e lucros seja declinante em favor dos lucros. Assim embora se admita que a teoria marxista não tenha nenhuma teoria para a definição dos salários, a ação exógena dos sindicatos entraria como uma ação adicional para a definição salarial.

Nesse sentido, vale dizer que para a teoria marxista o processo de acumulação implica em uma distribuição regressiva da renda em favor dos lucros. O poder de barganha dos trabalhadores se torna, então, um fator de vital importância.

II.2 A TEORIA NEOCLÁSSICA

Na Teoria Neoclássica, a distribuição da renda entre salários e lucros não é fruto da segmentação da sociedade entre detentores dos meios de produção e os trabalhadores, como nos clássicos. Antes, essa segmentação é desfeita, para dar origem a um sistema onde o âmbito da produção, com suas contradições, perdem importância para que o consumo dos agentes, guiados pela lei da utilidade e em condições de igualdade, possa, sob alguns postulados, estabelecer o equilíbrio de mercado, onde preços, salários e lucros são definidos de forma harmoniosa.

Por outro lado, a condição de igualdade entre os agentes, -capitalistas e trabalhadores-, surge, através da condição dada a cada um dos indivíduos como proprietários de um fator de produção. O proprietário de um fator se apresenta no mercado para vender os serviços dispostos pelo seu fator em troca de uma remuneração. Esse modelo, “... *do ponto de vista de um economista clássico,..., expulsa as classes sociais como categorias relevantes da Economia Política e falsifica o conceito de capital, agora transfigurado em seus aspectos puramente físicos.*” (Belluzzo, 1984:17).

A teoria geral de equilíbrio entre preços e quantidades produzidas, tem como idéia central a substituição dos fatores e a flexibilidade dos preços e parte dos seguintes três princípios:

- Preferências Convexas
- Tecnologia
- Dotação de fatores

A substituição pode ser direta através da escolha do fator mais abundante em detrimento do menos abundante, ou indireta que se dá através do consumo de produtos obtidos através do emprego do fator mais abundante.

Para que essa substituição ocorra é necessário não só a existência de uma tecnologia com múltiplos métodos de produção, mas também que a dotação de fatores seja independente, e a demanda se ajuste a essa dotação. Em outras palavras, a dotação exógena dos fatores determina a composição final dos fatores na função de produção.

Essa dotação exógena de fatores, uma das premissas para a escassez⁴⁸, determina também a idéia de produtividade marginal decrescente para cada fator. Em outros termos, a utilização de doses adicionais de um fator vai requerer uma mudança no método de produção em uso. O novo método certamente terá a desvantagem de ter um menor produto por unidade do fator que está variando, utilizando menor proporção relativa dos demais fatores, sendo que ao final desse processo de ajuste não haverá excesso de oferta de produção. Assim, se a dotação do fator é exógena e existe uma multiplicidade de métodos distintos, deduz-se que cada fator operará com retornos marginais decrescentes uma vez que

“... se fosse possível automaticamente assegurar a expansão paralela da quantidade de outros fatores, a economia continuaria usando o mesmo método de retornos constantes de escala numa escala maior. Por outro lado, se não houvesse vários métodos de produção disponíveis usando diferentes proporções dos fatores de produção, o produto marginal de uma unidade adicional de apenas um fator seria nulo, assim que se atingisse a plena utilização do fator que está dado.” (Cesaratto e Serrano, 1998:4).

Dessa forma, a remuneração dos fatores tende a ser proporcional às suas produtividades marginais e há uma tendência à plena utilização de sua dotação, logo é importante que todos os métodos de produção atuem com retornos constantes de escala – um mesmo aumento em todos os fatores utilizados, resultam em aumento proporcional na quantidade produzida. Dessa forma, retornos constantes de escala e produtividade marginal decrescente para cada fator não são hipóteses sobre a tecnologia, mas axiomas fundamentais para a explicação do mecanismo competitivo de mercado.

No mercado de trabalho, a substituição e a flexibilidade dos preços, fazem com que os salários reais caiam desde que a demanda seja menor que a oferta e subam caso ocorra o contrário, logo o número de oportunidades de emprego se ajusta à oferta através da operação

⁴⁸ Ver Serrano e Cesaratto (1998:3)

desse mecanismo de mercado, que opera necessariamente sob o pressuposto da concorrência perfeita.

Nesse sentido, a concentração da propriedade e a desigualdade distributiva inexistem. Diferentemente da teoria marxista onde o processo de acumulação é um mecanismo que tem no progresso técnico – que opera como poupador de mão de obra, e assim como mantenedor do exercito de reserva -, um dos fatores determinantes de sua sustentação, na teoria neoclássica ele – o progresso técnico – não está articulado endogenamente com o processo de acumulação. Antes, aparece como uma forma de elevar a eficiência dos fatores, poupando mão de obra ou capital, ou podendo ser neutro⁴⁹ no sentido de garantir a estabilidade da elasticidade de substituição dos fatores – que por sua vez garante a estabilidade das participações relativas a curto prazo -, durante o processo de crescimento, mantendo constante a relação capital/trabalho no longo prazo.

Dessa forma as hipóteses neoclássicas sobre a evolução das participações relativas, estão assentadas no conceito de elasticidade de substituição, coeficiente que mede a sensibilidade da tecnologia às variações nos preços relativos dos fatores de produção. Em termos mais simples, a uma pequena queda no preço do capital, quanto maior for a elasticidade, maior será a substituição de trabalho por capital. Em posse de uma tecnologia com múltiplos métodos de produção e dada a flexibilidade dos preços, a distribuição se torna um fenômeno eminentemente tecnológico.

Nesses termos não existe uma relação de causalidade entre concentração de renda e crescimento econômico. Sob as hipóteses neoclássicas, a concentração de renda não é condição necessária nem suficiente para o processo de acumulação.

Por último, vale observar que princípio da substituição dos fatores e a premissa de que todos os fatores são escassos – em particular o trabalho - são hipóteses que freqüentemente foram objetos de controvérsia e serviram como divisor de águas entre as visões ortodoxas e heterodoxas.

⁴⁹ Belluzzo argumenta que embora essa neutralidade dependa da função de produção - a função de produção Cobb-Douglas assume o progresso técnico neutro-, mesmo em funções de produção que admitam valores diferentes da unidade para a elasticidade de substituição, as relações de distribuição continuam limitadas às determinações da tecnologia. (Belluzzo,1978:31)

II.3 VISÕES HETERODOXAS⁵⁰

Como o próprio termo assegura a heterodoxia não é uma raiz de único ramo. Isso significa que não existe uma visão homogênea que consubstancie toda a crítica à visão neoclássica e tenha uma única estrutura. Nesse sentido as múltiplas teorias que divergiram da ortodoxa, não são idênticas entre si. Contudo, existem alguns pontos que justificam a denominação imposta – de heterodoxas – e que são comuns entre todas as vertentes. Naturalmente são os que contradizem a teoria neoclássica em seus mais caros pressupostos: o princípio da substituição dos fatores que implica, em última instância, que a distribuição funcional da renda seja determinada pelo equilíbrio entre oferta e demanda dos fatores de produção e a escassez dos fatores – em particular o trabalho – que dados de forma exógena e em condições competitivas, tendem a ser plenamente empregados.

As teorias heterodoxas entendem o processo de acumulação capitalista como um sistema onde a expansão da força de trabalho, em longo prazo, acompanha o crescimento da economia e da conseqüente oportunidade de emprego. Logo, a oferta de emprego não necessariamente é toda absorvida no curto prazo. Esse viés adaptativo da força de trabalho, somado ao progresso técnico que atua no sentido de reduzir a quantidade de mão de obra empregada, faz com que, diferentemente da teoria neoclássica, a expansão da força de trabalho não constitua um empecilho ao crescimento econômico, sendo este, antes, limitado pelo estoque de capital disponível. Nessas condições, o crescimento do produto potencial é dependente do ritmo de acumulação do capital o que permite, então, denominar as teorias que partem desses pressupostos como teorias da acumulação.

Um ponto importante nestas teorias é o papel que o gasto improdutivo, aquele que não cria capacidade produtiva e, e ao mesmo tempo não é financiado pela folha de salários da economia, descreve. Na verdade, esse tipo de gasto que pode ser entendido como todas as despesas que ajudam na realização do produto, mas não criam capacidade produtiva, tem sido visto em algumas dessas teorias como um desperdício, que acaba por ter conseqüências negativas tanto para a taxa de acumulação do capital como para a equidade na distribuição da renda, bem como no processo inflacionário.

⁵⁰ Essa seção descreve um resumo do artigo de Franklin Serrano “A Acumulação e o Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento”.(2001)

Entretanto, não são todas as linhas dessa visão que encaram o gasto improdutivo de forma negativa. A vertente que analisa a economia periférica na forma como Kalecki analisava as economias desenvolvidas e não como uma economia especificamente planejada, coloca o gasto improdutivo não mais como um fator negativo, antes o qualifica como um estímulo à acumulação.

No que segue, descreveremos em linhas gerais algumas dessas teorias, que por simplificação, tratará a economia como fechada, visto que a ênfase será dada ao gasto improdutivo e sua consequência sobre a acumulação de capital e a restrição interna ao crescimento, independente das restrições externas e dos problemas advindos da balança de pagamentos.

Nessa hipotética economia fechada, a equação abaixo, descreve de um lado os componentes da renda e de outro os componentes do gasto:

$$(1) \quad W + L = C_T + I + G_K, \quad \text{onde;}$$

W = salários, L = lucros,

C_T = Consumo dos trabalhadores,

I = investimentos e G_K = gasto improdutivo dos capitalistas.

Considerando mais uma hipótese simplificadora de que os trabalhadores consomem todo o salário que recebem, a relação (1) se reduz a:

$$(2) \quad L = I + G_K$$

o que significa que no agregado, quando os trabalhadores gastam o que ganham, o montante que os capitalistas gastam e ganham têm o mesmo valor.

Por outro lado como os lucros realizados podem também ser escritos como uma parcela dos lucros multiplicada pelo nível do produto podemos reescrever a relação (2) da seguinte forma:

$$(3) \quad (1-w)Y = I + G_K,$$

onde $(1-w)$ = **parcela dos lucros**.

Observe que existem formas de ler essa equação que permitem relacionar a acumulação com a distribuição da renda. Se por exemplo a variável de ajuste for o produto, a parcela dos lucros no denominador implica em que uma distribuição da renda muito acentuada em detrimento dos salários pode acarretar um produto menor. Assim no que segue serão

analisadas algumas teorias da acumulação e distribuição que diferem na leitura da relação (3) em termos de causalidade.

II.3.1 A CEPAL⁵¹

Na abordagem clássica do excedente, a parcela dos lucros no produto é dada de forma exógena pela tecnologia e por um salário real determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho e como consequência da Lei de Say – que postula que a poupança determina o investimento –, segue que o nível de produto efetivo é visto como determinado diretamente pelo produto potencial já existente.

Neste modelo não existem problemas de demanda efetiva, logo dados os lucros potenciais, o investimento será a sobra do gasto improdutivo e como já dito anteriormente, a poupança potencial determinará diretamente o investimento. Nessas condições pode-se escrever:

$$(4) I = (1-w)Y - G_K = S$$

Assim, quanto maior o nível dos gastos improdutivos G_K , menor será o nível dos investimentos e a consequentemente menor será a taxa de crescimento da economia no longo prazo.

Na visão estruturalista dos integrantes da CEPAL, o processo de acumulação teria que lutar contra a tendência de uma sorte de consumo elitista, que na ânsia de assimilar as pressas o padrão de consumo de países de técnicas mais avançadas, servia como obstáculo ao desenvolvimento nacional. O gasto improdutivo, portanto, era visto como redutor da poupança e, por consequência, do investimento e do crescimento econômico dos países latino-americanos. Nesse sentido, uma estrutura de renda concentrada, em si, não seria o maior problema. O problema seria o padrão de consumo, ou seja, a renda concentrada em uma classe com tendência a consumir bens supérfluos.

Vale ressaltar que para Celso Furtado (1982) o consumo improdutivo além de criar obstáculos ao processo de acumulação, indiretamente tinha consequências de ordem distributiva, pois ao fazer a economia crescer com lentidão, perpetuava o problema de excesso de

⁵¹ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), formada por economistas da escola estruturalista, entre eles o brasileiro Celso Furtado. Tal escola colocava nos problemas estruturais sul americanos e mais particularmente brasileiros, as fontes de estrangulamento que contribuíam para os períodos de estagnação econômica. O nome Cepal ao modelo descrito, se deve ao fato de que esse descreve em linhas gerais a idéia de Celso Furtado para justificar a desaceleração da economia no início da década de 1960, após o Governo JK. Para maiores informações ver Prado & Sá Earp (2003).

mão de obra, o que levava ao enfraquecimento do poder de barganha por parte dos trabalhadores e a consequente queda da participação dos salários na renda.⁵²

A insuficiência de poupança agravada pelo gasto improdutivo aparece também na ideia de “crescimento com equidade” de Fernando Fajnzylber⁵³ que mesmo tendo ciência de que os trabalhadores poupam menos que os capitalistas, por motivos de justiça, achava que deveria ser reduzida a parcela dos lucros na renda, fato que poderia diminuir o investimento. Porém, tal não ocorreria se fossem tomadas medidas cabíveis para o desestímulo ao gasto improdutivo.

Nessas condições, embora pudesse haver com essa redistribuição da renda uma queda no investimento – uma vez que a propensão a poupar dos capitalistas é maior que a dos trabalhadores -, argumenta que os bens consumidos pelos trabalhadores sendo menos intensivos em capital, energia e recursos naturais escassos, fariam com que após a redistribuição a relação produto-capital agregada fosse maior e, por conseguinte, seria possível um crescimento maior da capacidade produtiva para um menor investimento (poupança) em longo prazo. Observe que o autor conjuga então a Lei de Say com o fato de que dada a relação técnica produto capital, o montante do investimento determina o aumento do produto potencial.

O apego à ideia de insuficiência de poupança e a crítica ao gasto improdutivo, pelos integrantes da CEPAL, parece, na opinião de Franklin Serrano,

“um viés normativo no qual não se analisava o processo de acumulação do capitalismo latino americano em si e sim se discutia como planejar racionalmente esse processo com fins de desenvolvimento. Neste caso, se o governo controla diretamente os níveis agregados de consumo e investimento, evidentemente o consumo de luxo ou capitalista se torna apenas um “desperdício” a ser evitado em nome da acumulação” (Serrano, 2001:11).

⁵² Essa tese estagnacionista de Celso Furtado “.... foi de início contestada historicamente pelo vigoroso crescimento da economia desde o final da década de 1960 até o início da de 1980, sem que as reformas de base , que podiam melhorar a distribuição de renda fossem impelmentadas. No campo da heterodoxia, também as formulações estagnacionistas cepalinas foram contestadas inicialmente no ensaio *Mais além da Estagnação*, de Maria da Conceição Tavares, publicado em 1972 e que pode ser considerado um trabalho seminal da “escola da Unicamp.”” (Araújo, Bastos e Melo, 2006:84)

⁵³ Ver Serrano(2001:10)

II.3.2 CAMBRIDGE⁵⁴

A principal contribuição de Keynes se traduz no princípio da demanda efetiva a partir do qual, mesmo em longo prazo, em se tratando de uma economia monetária, é o montante de investimento que determina a poupança agregada por intermédio de variações na renda. Tal princípio é incorporado por teorias da acumulação desenvolvidas após o surgimento da macroeconomia Keynesiana de curto prazo.

Tais teorias divergem com relação a duas versões desse princípio no que diz respeito a como os gastos em investimentos geram, em longo prazo, um montante agregado equivalente de poupança. A primeira versão supõe que a poupança requerida, sempre em longo prazo, é gerada pela inflação e pelas mudanças por ela induzida na distribuição funcional da renda. A segunda versão tem como argumento o fato de que o investimento gera poupança através de variações do produto, a partir do conhecido mecanismo do multiplicador. Nesta seção nos deteremos na primeira versão.

Essa teoria, na qual a renda não varia com o aumento do investimento, havendo mudanças na distribuição em favor da classe que poupa maior fração dos seus rendimentos, poderia ser chamada de Teoria Keynesiana da distribuição por ter sido formulada originalmente por Keynes ao analisar a situação da economia no pós-guerra da década de 1940, mas ficou conhecida como teoria da distribuição de Cambridge, uma vez que foi proposta na década de 1950 por economistas ligados àquela escola, como Nicholas Kaldor, Joan Robinson e Luigi Pasinetti.

A ideia central dessa teoria é a de que se a economia situa-se em pleno emprego de sua capacidade, um aumento autônomo nas decisões de investimento, geraria um desequilíbrio causado por um excesso de demanda que faria os preços aumentarem em relação aos salários nominais. Essa inflação de demanda, ao gerar mudança na distribuição, transferiria renda da classe dos trabalhadores, que nada poupam para a classe dos capitalistas, com maior propensão a poupar, possibilitando o aumento da poupança através da chamada “poupança forçada dos trabalhadores”. Diminuindo os salários reais, o consumo dos trabalhadores também sofreria queda e o aumento do investimento seria então compatível com o produto potencial

⁵⁴ O nome Cambridge a esse modelo se deve ao fato de ter sido proposta formalmente por economistas ligados a Universidade de Cambridge: Joan Robinson, Nicholas Kaldor e Luigi Pasinetti, entre outros (Serrano, 2001: 12).

dado. Vale dizer que nessa teoria, o produto em longo prazo, também se ajusta a um nível pré-determinado pelo investimento autônomo.

Por uma questão lógica, a queda no investimento, ao criar um excesso de demanda agregada, faria com que os preços caíssem em relação aos salários, aumentando o consumo dos trabalhadores preenchendo o espaço aberto pela queda no investimento.

A parcela dos lucros em relação ao produto seria determinada pela fração do produto potencial gasto em investimentos e gastos improdutivos pelos capitalistas. Dessa forma a equação (3) deve ser reescrita em termos dessa teoria, da seguinte maneira:

$$(5) (1-w) = (I + G_K)/Y$$

Nesses circunstancias, a concentração da renda decorre do aumento do investimento privado. O gasto improdutivo, por sua vez, em nada prejudica a acumulação, apenas piorando a distribuição da renda.

Esta visão é a que fez e faz com que muitos dos analistas econômicos tenham como inerente ao processo de desenvolvimento o fenômeno inflacionário e a concentração de renda. Entre esses estão os autores da escola estruturalista para os quais a oferta agregada dos países sul americanos, talvez por rigidez na oferta de alimentos, existência de gargalos na infraestrutura ou ainda pelo estoque limitado de capital, era, mesmo em longo prazo, inelástica.

Uma das críticas que se faz a essa teoria baseia-se no fato de que a simetria lógica entre excesso e escassez de demanda tem que se fazer necessária. Nesse sentido, em presença de uma escassez de demanda em relação ao produto potencial, a distribuição sofreria mudança em favor dos assalariados, fato que em termos reais dificilmente ocorreria, na medida em que a plausibilidade aponta para a manutenção da margem de lucro empresarial conseguida através de uma queda na quantidade produzida.

Em relação ao excesso de demanda, o fato de o investimento em um período, não criar capacidade suficiente em períodos posteriores para suprir a restrição da oferta é algo difícil de ser comprovado. Em outros termos, a presença constante de um excesso crônico de demanda agregada no longo prazo, vai de encontro ao consenso de que a economia capitalista opera, via de regra, com certa margem de capacidade ociosa.

Por último, um fato observado em todas as economias, desenvolvidas ou não, é que não existe uma relação inversa entre o nível de consumo e o investimento, antes ocorre o contrário, o crescimento econômico é acompanhado por aumento do consumo.

Nessas condições é mais adequado supor que o investimento determina a poupança agregada a partir de outra via, onde há uma relação direta entre o nível de investimento e o consumo no longo prazo. Nesse contexto, a acumulação de capital é determinada pela trajetória do gasto autônomo.

II.3.3 UNICAMP⁵⁵

A visão que tem como diretriz o fato de que no longo prazo o investimento gera poupança através de variações no produto, apoia-se no fato de que a economia capitalista é capaz de responder a estímulos tanto através da capacidade existente como através da capacidade que resulta dos investimentos. Nesses termos, a parcela salarial não se apresenta como uma variável de ajuste e, portanto a acumulação não é determinante de uma tendência distributiva e, por outro lado, não há uma relação direta entre mudanças na distribuição da renda e acumulação. Em outras palavras, a concentração de renda, se verificada, deve certamente ser fruto de mecanismos institucionais de política econômica.

Como no longo prazo o nível de ajuste é dado pelo produto, a relação (3) pode ser reescrita da seguinte forma:

$$(6) \ Y = (I + G_K) / (1 - w)$$

Assim, qualquer aumento nos investimento ou nos gastos improdutivos aumenta o produto de forma mais do que proporcional em decorrência do mecanismo do multiplicador que atua através dos gastos induzidos dos trabalhadores em presença de um aumento inicial da demanda agregada. O efeito desse multiplicador dependerá diretamente da parcela salarial que determinará a demanda por bens de consumo.

O ponto central é de que os gastos improdutivos não atuam como obstáculos ao crescimento econômico nem como causadores necessários de uma distribuição de renda em favor da classe empresarial. Ao contrário, agora os gastos improdutivos são os responsáveis diretos pela taxa de acumulação no longo prazo e, através do efeito do multiplicador, tais gastos levam ao aumento do consumo dos trabalhadores.

⁵⁵ O nome UNICAMP, dado nesse trabalho ao modelo que se segue deve-se a que essa teoria “...é evidentemente a teoria utilizada por Kalecki na análise empírica das economias capitalistas “maduras” (Kalecki(1977), Miglioli(1981)). Na literatura da CEPAL sobre desenvolvimento esse tipo de teoria foi utilizada inicialmente por Tavares & Serra (1970) e posteriormente em diversos outros trabalhos teóricos e empíricos da UNICAMP (Tavares(1973^a, 1976, 1978), Belluzzo & Coutinho (1982)).” (Serrano, 2001:20).

Como será explorada no próximo capítulo, essa teoria foi importante para explicar o fenômeno que passa a ocorrer a partir do final da década de 1960, quando do milagre econômico. A partir dessa visão era possível explicar como o crescimento acelerado do gasto improdutivo estava dinamizando o mercado interno brasileiro, ainda que houvesse uma situação de renda concentrada que fazia com que o multiplicador se reduzisse.

Observe que essa teoria não explica a hipótese defendida por Conceição Tavares e Celso Furtado de a concentração de renda ter sido determinante para a retomada do crescimento econômico. Explicita, antes, que o gasto improdutivo, ou o gastos dos capitalistas atua como fator condicionante para a expansão do processo de acumulação.

CAPITULO III: CONCENTRAÇÃO DE RENDA E RETOMADA DO CRESCIMENTO

Nesse capítulo será feita uma análise a respeito de a retomada do crescimento econômico no período do milagre econômico, ter ocorrido, segundo alguns autores, necessariamente em decorrência da concentração funcional e pessoal da renda, que então se operou.

Para tanto será feito resumiremos um extrato do livro de Celso Furtado – *Análise do Modelo Brasileiro* – referente ao período em questão, e o trabalho de Maria da Conceição Tavares – *Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização*.

A opção por esses dois autores, bem como a escolha desses dois trabalhos, se dá em decorrência de que estamos nos dirigindo a rebater a idéia de que a concentração de renda, que sofreu recrudescimento na época do milagre econômico (1968-1973), foi o fator decisivo para a retomada do crescimento. Como veremos essa idéia é recorrente tanto no texto de Celso Furtado, como no texto de Conceição Tavares.

III. 1 CELSO FURTADO E O MODELO BRASILEIRO⁵⁶

No trabalho *A Análise do Modelo Brasileiro* de Celso Furtado, o autor faz um apanhado geral sobre o desenvolvimento econômico brasileiro apontando as diferenças existentes no processo de acumulação quando comparado aos países industrializados, o que lhe permite classificar o Brasil como país subdesenvolvido⁵⁷.

Nos países desenvolvidos, segundo o autor, o sistema econômico possui automatismos internos que lhe asseguram o funcionamento e a expansão, ou seja, o sistema é dotado de um círculo de recorrência onde a expansão da produção é seguida pelo aumento dos custos que impulsiona a massa salarial que, por sua vez, expande a renda e o consumo, fazendo com que a demanda por bens finais implique em nova expansão da produção. Já nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o problema central reside no excedente de mão de obra que

⁵⁶ Esta seção é um resumo das principais idéias de um trecho do livro de Celso Furtado “ *Análise do Modelo Brasileiro*” de 1982. Mais especificamente, o trecho resumido será referente à seção: “ *A Nova Estratégia de Desenvolvimento*” descrito entre as páginas 37 e 56.

⁵⁷ No ponto de vista de Celso Furtado, subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento mas uma condição que só pode ser revertida através de mudanças estruturais.

condiciona uma taxa de salário insuficiente, no setor moderno, para que a expansão da renda e o consumo se verifiquem de forma adequada para gerar a posterior expansão da produção.

Não obstante essa diferença crucial, Furtado admite que nenhum sistema industrial capitalista é capaz de existir sem mecanismos de coordenação e decisão que possam prever e ter ciência das interações entre a fronteira externa – ação de outras economias – e a interna onde preponderam entre outras, variáveis sociais e políticas e que podem criar obstáculos à devida expansão da taxa de acumulação.

No caso brasileiro o mecanismo de decisão – a ação Estatal – consistiu essencialmente em restabelecer o círculo, descrito acima, através das seguintes duas medidas:

- Assegurar que a demanda de bens de consumo duráveis se expandisse adequadamente.
- Promover um fluxo mínimo de novos empregos.

A primeira medida, segundo o autor, foi necessária para assegurar que o crescimento verificado entre 1956 – 1960 e que sofreu estagnação no período posterior 1961-1967, pudesse ser retomado.

Tal estagnação, por sua vez, foi decorrência de um perfil de demanda caracterizado por considerável desnível entre os padrões de consumo de massa e os de uma pequena minoria. A abundante oferta de mão de obra que, como dito acima, condicionou a taxa de salário do setor moderno fez com que os incrementos de produtividade e as economias de escala pusessem em funcionamento um mecanismo adicional de concentração da renda, onde o poder de compra em expansão ficou a cargo dos grupos de renda mais alta. Assim, o desenvolvimento assumiu a forma de introdução de novos produtos e diversificação do consumo, no lugar de promover a difusão. Esse, segundo Furtado, é o fator central de expansão capitalista nas economias desenvolvidas. Assim tal difusão foi obstaculizada através da concentração da renda que favoreceu a diversificação. Esse fenômeno repercutiu de forma desfavorável na taxa de crescimento, levando a um quadro, no período posterior, de incipiente crescimento econômico.

Diante desse desempenho econômico, as medidas que foram tomadas em 1964, através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), tiveram como objetivo criar as condições para a retomada do crescimento econômico, a partir do complexo industrial de que se dotara e que vinha operando com uma alta taxa de capacidade ociosa. Para tal, a estratégia

adotada foi a reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda de tal forma que o mecanismo que possibilitasse essa concentração atuasse para favorecer a formação de capital fixo e para promover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis.

Em um primeiro momento a concentração da renda foi feita via arrocho salarial. Contudo, a compressão dos salários traria problemas para a retomada do crescimento, na medida em que repercutiria negativamente no mercado das indústrias de bens correntes de consumo. Logo, a solução havia que ser buscada em um processo de concentração dinâmica através da captação de incrementos de produtividade que só seria possível se a economia retomassem a expansão graças a um impulso autônomo da demanda.

Esse impulso da demanda só se verificaria se o crescimento privilegiasse não só a minoria proprietária dos bens de capital, mas também um grupo social mais amplo capaz de formar um mercado de bens duráveis de consumo com dimensões adequadas. Esse fenômeno “... *foi obtido mediante formas de financiamento que implicavam em subsídios ao consumo e transferências para essa classe de títulos de propriedade e de crédito, o que asseguravam situação patrimonial mais sólida e a maior perspectiva de renda futura.*” (Furtado, 1982:41). Assim foi possível obter uma ampliação de determinadas faixas de consumo, mantendo uma política de arrocho salarial.

A reforma do sistema financeiro, então operada, foi fator fundamental para que os mecanismos que favorecessem a criação ou aumento dessa classe consumidora de produtos de alto valor unitário fossem conseguidos. A neutralização da inflação mediante a indexação de todos os títulos financeiros, inclusive depósitos bancários a prazo – através da técnica da correção monetária, que protegeu a poupança, além de permitir uma série de modificações na estrutura de mercado de títulos financeiros, inclusive da emissão pelo governo de títulos reajustáveis – viria permitir à classe média não somente preservar o valor real dos ativos, assegurando um elevado grau de liquidez, com também obter acesso a uma fonte adicional de renda,

Também uma série de facilidades que foram criadas para induzir as empresas a abrir o capital, propiciou uma condição favorável às operações de bolsa. A ampliação da demanda por ações, beneficiada por incentivos fiscais⁵⁸, permitiu a criação de um mecanismo

⁵⁸ Segundo Furtado, as pessoas físicas foram autorizadas a deduzir 12 por cento do imposto de renda (mesmo esse sendo pago na fonte) que são postos à disposição de intermediários financeiros para que estes adquirissem ações... (1982, pág. 45)

que abriu à alta classe média a perspectiva de participação no fluxo de renda em mais rápida expansão, a saber, os lucros industriais.

Assim com esse incremento na demanda por bens duráveis que encontrava uma oferta elástica e custos unitários em declínio, o PIB pode se expandir sem maiores tensões estruturais.

A questão que se coloca é porque se manteve a pressão inflacionária. Furtado entende que

“ uma adequada combinação da elevação do nível de preços com a correção dos ativos financeiros permite privilegiar o setor da população com capacidade efetiva de poupança e que pode ser sujeito de crédito, ou seja, o setor que constitui o mercado de bens duráveis, cuja demanda se pretende aumentar. Em contrapartida a renda real de grande parte da população pode ser comprimida, liberando recursos cuja aplicação fica à discrição do governo.” (Furtado, 1982:51).

A esse mecanismo de modificação na distribuição da renda, via processo inflacionário, Furtado denomina de “inflação orientada”.

“ Em outras palavras: mediante uma certa política de preços, cambio e de crédito e o mecanismo da correção monetária pode-se orientar a inflação – processo de modificação na distribuição da renda – de forma a que os efeitos redistributivos não se façam de maneira caótica e sim em função de objetivos predeterminados.” (Furtado, 1982:51)

Segundo Furtado foram essas as medidas tomadas pelo Estado para a formação de uma classe média capaz de alimentar uma demanda por bens de alto valor unitário, cuja capacidade produtiva instalada no governo JK, através de um processo de diversificação do consumo, encontrava-se operando com alta taxa de ociosidade.

Uma alternativa à inflação, seria uma política de preços e rendas que aumentasse a pressão fiscal, sem perturbar o equilíbrio financeiro das empresas, a fim de financiar o aumento dos investimentos públicos, conciliando todas essas medidas com a expansão relativa da demanda de bens duráveis de consumo. A realização dessa política seria, segundo o autor administrativamente impraticável.

Quanto à segunda medida, - a manutenção de um fluxo mínimo de empregos - o problema era que com as novas condições criadas, grande parte do excedente estava sendo dirigida para a alta classe média. Porém, se essa medida fosse levada ao extremo, a criação de novos empregos ficaria prejudicada agravando-se o dualismo estrutural que existia na economia. Logo, parte desse excedente deveria ficar em mãos do Estado a quem caberia garantir que o nível de emprego não caísse além de uma taxa mínima. Nesse sentido, a criação do Sistema Financeiro

Habitacional, aparelhou o Estado para o provimento dessa tarefa, pois “*Armando-se do sistema financeiro habitacional, o governo pode participar do duplo processo de captação de poupança legítima e de recursos expropriados*” (Furtado, 1982:53).

Os recursos expropriados seriam aqueles oriundos do processo inflacionário através da expropriação aos assalariados e titulares de renda fixa:

“Os bancos e outros intermediários financeiros criadores de títulos de alta liquidez constituem o instrumento de transferência de recursos dos agentes que poupam para os que estão aptos a utilizar a poupança. Em condições de inflação, surge ao lado desse processo de transferências normais, um outro alimentado pela expropriação de recursos aos assalariados e titulares de renda fixa”,(Furtado, 1982:53),

que não eram detentores de ativos de alta liquidez protegidos pelo mecanismo da correção monetária. Os recursos legítimos, por sua vez viriam do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS⁵⁹), que sendo um complemento da folha de salários, poderia ser considerado como captação direta do excedente.

Resumindo, na visão de Celso Furtado, a retomada do crescimento durante o período do “milagre”, só foi possível através da concentração da renda em favor de uma classe demandante de bens de consumo duráveis – razão fundamental para a retomada do crescimento industrial – e pelos investimentos públicos alimentados, entre outras fontes, pela expansão do excedente proporcionado pela inflação. Nesse contexto os investimentos públicos e o Sistema Financeiro Habitacional (SFH), proporcionaram manter a taxa de criação de empregos acima de uma cota crítica.

III.2 CONCEIÇÃO TAVARES : DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E ACUMULAÇÃO

O texto de Maria da Conceição Tavares “Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização”, presente como o segundo capítulo do livro “A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento” de Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli de 1978, tem como meta dois objetivos: um deles explícito e outro implícito.

O objetivo implícito consiste em dar uma justificativa para o retorno ao crescimento econômico que se deu na época do chamado “milagre” brasileiro, uma vez que economistas influentes da escola estruturalista brasileira – dentre os quais Celso Furtado –

⁵⁹ Segundo Furtado, o FGTS, “*sendo tecnicamente um complemento da folha de salários, pode ser considerado como captação direta de excedente. As Letras Imobiliárias os são na medida em que constituem criação de títulos financeiros novos. Parte dos recursos do sistema vêm sendo absorvidos pelo governo mediante a colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.*” (Furtado, 1982:54)

havam previsto que mantidas as estruturas e instituições econômicas vigentes no modelo à época, o qual propiciava uma situação de desigualdade ímpar, o problema da estagnação econômica não seria resolvido.

A retomada do crescimento após 1967, em concomitância com o recrudescimento da desigualdade social, exigiu dessa escola uma análise da falha no prognóstico de uma economia fadada à estagnação.

Nesse contexto, o aumento da desigualdade, ou o aumento da concentração de renda a favor de uma classe específica, que anteriormente era uma consequência do modelo brasileiro subdesenvolvido, e, em última instância um dos fatores que levaram à desaceleração do crescimento econômico do período 1961 – 1967, passa a ser uma das mais importantes causas da retomada do crescimento econômico. Esse último fato se deduz das seguintes palavras de Conceição Tavares:

“Os demais países do Cone Sul, apesar de terem usado políticas fiscais e financeiras parecidas, não conseguiram frear os salários e o consumo popular de modo a produzir o incremento de excedente que se necessita para financiar esse tipo de acumulação, e ou sofreram estagnação mais prolongada ou tiveram de mudar o seu padrão de acumulação.”(Tavares, 1978:60)

Por outro lado o objetivo explícito consiste em diferenciar a dinâmica das economias de países centrais e das economias periféricas, quando da introdução do departamento D2 – de consumo dos capitalistas – em fases mais avançadas do desenvolvimento do sistema.

Segundo a autora, nos países centrais, o aparecimento desse departamento surge como uma solução para os problemas de realização do capital, não trazendo ao sistema maiores entraves. Já nos países periféricos, embora impulse a dinâmica do crescimento, o surgimento desse setor, apresenta ao sistema uma nova contradição representada pelo consumo dos capitalistas versus consumo dos trabalhadores, além da contradição geral salários-lucros.

Para desenvolver tal raciocínio é lançada mão da forma adotada por Kalecki, em entender o sistema como dotado de três departamentos: D1, correspondente ao setor produtor de bens de capital; D2 de bens de consumo capitalista e D3 de bens de consumo dos trabalhadores. Tal idealização kaleckiana, segundo a autora, com a introdução do departamento D2, consiste em enfatizar o consumo dos capitalistas como um componente da demanda efetiva tão importante como o gasto em investimento no que diz respeito ao processo de acumulação. Assim tal gasto não pode ser visto como supérfluo ou improdutivo, e, portanto, prejudicial à taxa de poupança, como outrora pregava a escola estruturalista.

Para esse estudo, não foram analisadas as estruturas econômicas em condições de competição oligopólica com intervenção do Estado, visto que esse não é o tipo de especulação a que se destina tal análise. Antes a idéia é

“forçar a História dentro de um ligeiro esboço do padrão clássico de acumulação e em mostrar, posteriormente, que mesmo com um espartilho teórico similar, o modo de reprodução de uma economia subdesenvolvida é radicalmente diferente desde sua constituição (Tavares, 1978:40),

ou seja as economias periféricas, em seu desenvolvimento, diferem radicalmente das desenvolvidas.

No que segue apresentamos um resumo dessa análise.

Esboço de desenvolvimento de um padrão “clássico” de industrialização endógena.

Primeiramente vale lembrar a divisão do sistema capitalista kaleckiano dotado dos seguintes departamentos:

1. D1, correspondente ao setor produtor de bens de capital;
2. D2 produtor de bens de consumo capitalista;
3. D3 produtor de bens de consumo dos trabalhadores.

Segundo o texto, nas primeiras etapas de um modelo clássico não há espaço para o desenvolvimento de um departamento D2, sendo a dinâmica capitalista dada de forma bissetorial entre D1 e D3.

Nesse contexto, a taxa salarial que propicia o aumento da taxa de exploração e obtenção de um excedente máximo que garanta alimentar a acumulação e expansão em D1, deve ser fixada ao nível de subsistência da mão de obra empregada. Com a expansão de D1, o progresso técnico em D3 aumenta a taxa de exploração sem que haja necessariamente a fixação da taxa salarial ao nível de subsistência. Desde que a taxa salarial cresça abaixo da taxa de produtividade da mão de obra, a taxa de acumulação é preservada e pode até mesmo aumentar, sempre que o crescimento da taxa de salário se dê a um ritmo inferior ao da produtividade da mão de obra..

No longo prazo, o processo de acumulação, implica em certa estabilidade da taxa de exploração, garantida por dois movimentos: o primeiro pelo restabelecimento da

superpopulação, através da introdução do progresso técnico poupador de mão de obra, e o segundo pelo aumento da competição entre os capitalistas “ *na medida em que a produtividade da mão de obra cresça muito mais rapidamente que os salários e portanto a expansão do mercado consumidor se de a um ritmo menor que a acumulação interna em cada setor, criando problemas de realização*” (Tavares, 1978:41)..

Segundo a autora, esse aumento da competitividade, que deve iniciar-se primeiramente em D3, ao produzir um barateamento do custo de reprodução de mão de obra – através do barateamento dos preços de bens de consumo em relação aos bens de capital - ou uma queda no preço da mão de obra – hipótese da superpopulação relativa pressionando os salários -, faz com que suba a taxa de acumulação de D1 em relação a D3⁶⁰.

Se esse processo continua, o primeiro fenômeno levaria à estagnação da economia e o segundo, mais cedo ou mais tarde, caracterizaria uma crise de realização em D1⁶¹. Para contornar essa situação deveria haver uma modificação no padrão de acumulação, que poderia ocorrer endogenamente das seguintes três maneiras e de forma recorrente:

- Via aumento da competição dos capitalistas de D1, fazendo baixar os preços dos bens de capital, redistribuindo, então, os lucros, agora de D1 para D3. Em consequência subiria a taxa de acumulação em D3, aumentando o volume de emprego e de salário gerado diretamente na produção e consumo dos trabalhadores.
- Via progresso técnico dirigido no sentido de poupar capital, barateando os custos relativos de produção dos bens de capital, e, portanto, o próprio custo de reprodução ampliada do sistema.⁶²

⁶⁰ Observe que ao produzir um barateamento dos preços de bens de consumo em relação aos bens de capital, em condições de salário nominal constante, os salários reais sofreriam acréscimos em decorrência da produtividade. A taxa de exploração global e a taxa de lucro médio permaneceriam constantes em relação ao período anterior, mas produzir-se ia uma distribuição de D3 para D1. Na segunda hipótese – a queda no preço da mão de obra-, os preços cairiam junto com os salários, permanecendo constante o lucro em D3, mas subiriam em D1 uma vez que os preços se mantiveriam constantes, nesse departamento, mas os salários cairiam.

⁶¹ A expansão de D1 com o aumento dos preços relativos dos bens de capital, resultaria em um declínio da taxa de lucro médio da economia, o que implicaria em um processo de estagnação. Por outro lado, mantida a taxa de acumulação em D3, o crescimento se aceleraria à custa de uma elevação nas taxas de exploração e de lucro em D1, que mais cedo ou mais tarde acarretaria em uma crise de realização em D1.

⁶² A diferença entre o primeiro ponto e o segundo é que no primeiro a competição barateia os preços dos bens de capital e no segundo o progresso técnico, atuando como poupador de mão de obra, atua no sentido de baratear os custos de produção dos bens de capital, e portanto o próprio custo de reprodução ampliada do sistema.

- Instalação de um novo departamento D2, cuja demanda se origina de partes dos lucros de D1 e D3.

Em presença desse novo departamento D2, as possibilidades de reprodução e de realização do excedente se ampliam. A acumulação, nessas condições, não possuiria mais os limites clássicos salários-lucros, podendo ambos subir mantendo-se ou mesmo subindo a taxa de exploração. A dinâmica agora seria centrada na repartição entre consumo dos trabalhadores e consumo dos capitalistas e na forma como a taxa de acumulação derivada dessa repartição, determinaria o ritmo de crescimento dos salários.

Considerações gerais sobre problemas de acumulação em economias subdesenvolvidas.

Segundo o texto de Tavares, o processo de acumulação em países periféricos não pode ser igualado ao dos países centrais em decorrência dos seguintes fatores:

- O progresso técnico não é determinado endogenamente.
- Há presente desde sempre um excedente estrutural de mão de obra que permite combinar padrões de acumulação com distintas relações de produção e formas de organização capitalistas.
- A reprodução ampliada interna se dá em concomitância com a expansão do capitalismo mundial e com a intervenção estatal.

Em presença do excedente estrutural de mão de obra nessas economias periféricas, o progresso técnico atua não mais como mantenedor do exército de mão de obra – como prega a teoria marxista –, antes agindo somente como fator que garante a competitividade capitalista, esta articulada com a introdução do capital externo.

Assim, nas primeiras etapas de um processo de industrialização tardia, a presença desse excedente de mão de obra atua no sentido de manter o nível médio dos salários industriais aproximadamente no nível do custo de reprodução da mão de obra. Nesse contexto, segundo a autora, “ *os problema de realização em D3 que implicam em um aumento da consumo dos trabalhadores, tenderam a resolver-se via uma expansão do emprego proporcional à taxa de acumulação e não via aumento da taxa de salário.* (Tavares, 1978:49), pois os incrementos de produtividade serão apropriados para uma maior expansão do consumo dos capitalistas e da expansão da taxa de acumulação em D3 e D1. Na ausência do departamento D2, o consumo dos capitalistas não tem efeito positivo sobre a taxa de acumulação real, na medida em que

representa apenas a apropriação de parte do excedente gerado e que pode filtrar-se para o exterior, via demanda de importações de produtos supérfluos e, portanto, contribui para a queda do potencial de acumulação interna.

A fase seguinte do processo de acumulação, a que se refere à introdução do progresso técnico, dinamizador da produtividade de mão de obra, é feita através da importação de bens de capital não dependendo de uma acumulação prévia em D1, ou seja, não está ligada a um processo de geração e transferência de excedente de D3 para D1 para que se realize a reprodução ampliada do sistema, como se dá nos países centrais. Nessas condições,

não se necessita mesmo nas primeiras etapas da industrialização rebaixar o consumo dos trabalhadores ao nível mínimo de subsistência sempre que se conte com o apoio de um setor exportador especializado que produza um excedente suficiente para financiar parte da acumulação urbana. (Tavares, 1978: 51).

Nessa situação embora haja uma distribuição de renda onde os lucros têm maior participação que os salários, estes últimos apresentam taxas crescentes, embora abaixo do nível de produtividade.

Assim que o departamento D1 passa a ser um elemento dominante no processo de acumulação, a oposição salários-lucro tampouco tem que ser resolvida rebaixando o consumo dos trabalhadores. Na verdade esse consumo tende a aumentar devido ao aumento da dinâmica entre os departamentos D1 e D3.

Porém, segundo Conceição Tavares:

Essa interdependência dinâmica pode, no entanto, ser rompida quando intervenha um padrão de acumulação por D2 e complementado por uma forte demanda autônoma de bens de capital do próprio Governo. Nesse caso, pode produzir-se um antagonismo crescente entre salários e taxa de acumulação que assume o caráter de oposição entre o consumo dos trabalhadores versus consumo dos capitalistas (e acumulação do setor público). (Tavares, 1978: 51)

Assim, na fase posterior a instalação de D2, visto que essa se dá via aumento do Investimento que dinamiza a demanda e pode incrementar os salários, o problema, segundo Conceição Tavares, “*está em que na etapa subsequente se necessita de uma maior ritmo de crescimento da demanda de consumo dos capitalistas para permitir a realização dinâmica...*”(Tavares, 1978:52), ou seja o problema da realização do capital necessita de um maior dinamismo na demanda dos capitalistas que venha a manter a taxa de acumulação anteriormente alcançada.

Nesse tipo de situação é necessário um ajustamento no padrão de acumulação e distribuição da renda de caráter simultaneamente exógeno e endógeno. O ajustamento exógeno pode ser feito por aumento do componente autônomo do investimento seja do Governo ou do capital externo. O ajustamento endógeno se daria mediante uma redistribuição regressiva da renda em favor dos lucros e em detrimento dos salários.

Estrutura da demanda, ampliação do mercado interno e distribuição de renda.

Ao longo de toda a primeira etapa da industrialização, os países da América Latina conservaram sua estrutura primária exportadora com a renda concentrada em uma pequena parcela da sociedade representada pelos proprietários de terras, comerciantes e financistas que, devido a pouca complexidade da estrutura produtiva interna, satisfaziam seu sofisticado consumo através do mercado externo via importação.

O processo de transformação dessa estrutura impôs uma maior diversificação da produção interna, mas tal diversificação se deu em termos de concentração setorial e espacial produzindo um novo tipo de distribuição da renda com o surgimento de uma nova classe média urbana.

Essa nova classe média, composta em parte pela burocracia estatal, formava juntamente com os assalariados de base um sistema de distribuição da renda isenta de descontinuidade. A descontinuidade se configurava ao se levar em conta a classe dos capitalistas e financistas, cujo consumo era voltado para o exterior. Nesses termos a distribuição da renda pessoal não sofria grandes desproporções quando se analisava o conjunto da população.

O surgimento de uma nova descontinuidade na distribuição da renda pessoal surge quando do advento da instalação das indústrias de bens de consumo duráveis de alto valor unitário. A necessidade de se expandir o mercado interno dessas novas indústrias sob forte proteção do exterior, uma vez esgotada a demanda de mercado existente, leva à necessidade de uma distribuição da renda de forma mais concentrada, transferindo-se os incrementos de renda dos assalariados de base para as novas classes médias consumidoras.

Essa situação que exigia essa transferência de renda deu lugar a conflitos sociais importantes nos países do Cone Sul. O Brasil que conseguiu impor de forma autoritária essa nova redistribuição da renda, em favor de um estrato médio, conseguiu contornar seus problemas com a estagnação e impôs dinamismo ao seu crescimento. Os demais países, apesar de terem

usado políticas fiscais e financeiras parecidas, sofreram estagnação por um período maior de tempo ou tiveram de mudar o seu padrão de acumulação.

Relações intersetoriais entre acumulação e Distribuição de Renda – Tendências recentes no caso Brasileiro

O desempenho do departamento D1 não está ligado diretamente à distribuição pessoal da renda, tendo antes no padrão de crescimento e inter-relação entre D2 e D3, bem como na política de investimentos do setor público sua mola propulsora.

Se o padrão de desenvolvimento se dá por uma expansão de D3 em sua forma endógena, isto é, “*sem exportação crescente de excedentes (como ocorreu no caso brasileiro, por exemplo, nas primeiras décadas de industrialização)*” (Tavares 1978:61), o aumento do consumo dos trabalhadores é fundamental e nesse caso o crescimento de D1 não está atrelado a uma diminuição do consumo dessa classe, antes sendo necessário para a realização dinâmica de D3 e a expansão de D1, que o consumo dos trabalhadores venha a crescer.

Falando em termos de tendência, sem se levar em conta as flutuações ao longo de cada década, no Brasil da década de 1940, observou-se o fortalecimento de D1 através de um forte aumento da demanda por trabalho urbano com taxas de salários constantes. Tal padrão é denominado de crescimento extensivo com alargamento de capital e exploração horizontal da força de trabalho. Na década de 1950, o padrão é o de crescimento intensivo com aprofundamento do capital e exploração vertical da mão de obra.

A instalação de D2 se deu então já passada a metade da década de 1950. Porém, no período de instalação o aumento da taxa de investimento proporciona o crescimento tanto de D1 como de D3. A desaceleração do crescimento de D1 se dá depois de instalado o departamento D2 e foi reforçada pela queda do ritmo do investimento – oriundo de problemas de financiamento externo. Tal queda implicou na queda do consumo dos trabalhadores, provocando a queda do crescimento econômico no período posterior.

A situação observada entre 1963/67 corresponde à dinâmica normal de um ciclo em que a desaceleração de D1 se segue à de D3 e de D2. A trajetória normal de recuperação seria: Investimento Público, Investimento Privado e Consumo dos Capitalistas. Contudo, tal não foi o curso da história uma vez que a retomada do crescimento se deu via Investimento Público e Consumo dos capitalistas, este último consequência de um achatamento salarial que transferiu

renda dos assalariados para a classe dos capitalistas. O Investimento Privado só se deu após a retomada do dinamismo da demanda interna.

O excedente retirado da classe trabalhadora teve sua aplicação na modernização das atividades urbanas, nas áreas da indústria de bens duráveis, construção civil e na infraestrutura de transportes, energia e comunicação. Por outro lado permitiu a emergência e a incorporação de novos estratos médios com empregos na área de serviços funcionais. Também boa parte desse excedente destinou-se a financiar crescentemente as novas formas de consumo dos capitalistas através da montagem de um sistema financeiro que permitiu a ampliação de um mercado para novos consumidores advindos de extratos mais baixos de renda.

Na prática, pelo menos no caso Brasileiro, foi necessário adotar uma estratégia de crescimento que implicou no aumento da taxa de exploração da mão de obra e na redistribuição regressiva da renda pessoal que dispôs contra a renda dos trabalhadores.

III.3 CONSIDERAÇÕES

Os dois textos resumidos acima, embora com enfoques distintos, tratam do tema crescimento com concentração de renda, fato criticado na época do “milagre” econômico, onde houve o recrudescimento da desigualdade social. Tal fenômeno, porém, já vinha sendo processado desde meados da década de 1950, a partir do governo de Juscelino Kubitshek. Os principais pontos dos dois trabalhos, em relação a esse tema podem ser assim esquematizados:

1. o desenvolvimento brasileiro difere do desenvolvimento capitalista dos países centrais, em decorrência de que nos países periféricos, em especial o Brasil, existe uma mão de obra abundante, que impede que o desenvolvimento natural do sistema, através de um circuito recorrente, segundo Furtado, ou da impossibilidade do surgimento de setores produtores de bens de consumo duráveis, segundo Conceição Tavares, siga seu curso. Tal idéia é comum aos dois autores.
2. a manutenção da inflação, que Furtado chama de orientada, foi fundamental para o aumento dos investimentos e a conseqüente criação de empregos. Esse ponto não é tratado por Conceição Tavares.

3. a concentração de renda foi fator crucial para o crescimento na época do milagre econômico, premissa defendida por ambos. Conceição Tavares ainda assegura que sem a concentração da renda, induzida pelo governo, não haveria forma de se retomar o crescimento econômico.

1. Abundância de mão de obra como determinante do baixo nível salarial.

Em relação ao primeiro ponto a presença de uma mão de obra abundante, que é fator condicionante para a instalação de um processo de subdesenvolvimento econômico, segundo Celso Furtado, atua no sentido de que

“...na economia industrial subdesenvolvida, o fluxo de salários gerado pelo sistema tende a ser insuficiente para que se forme esse anel de feedback (expansão da produção → expansão dos custos de produção → expansão da massa salarial → expansão da renda disponível para consumo → expansão da demanda de bens finais → expansão da produção), que constitui característica fundamental da economia capitalista desenvolvida.” (Furtado, 1982: 60-61).

Analogamente Conceição Tavares argumenta que o padrão de acumulação e distribuição em economias desenvolvidas e da sua dinâmica intersetorial,

“...não pode ser aplicado automaticamente aos países subdesenvolvidos, mesmo aqueles em que a diferenciação de sua estrutura industrial já comporta uma dinâmica intersetorial dos três departamentos (...) porque está presente um excedente estrutural de mão de obra que permite combinar padrões de acumulação com distintas relações de produção e formas de organização capitalista.” (Tavares, 1978:46)

Nesse sentido vale destacar em linhas gerais o que Celso Furtado considera como economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

O conceito de desenvolvimento é entendido, pelo autor, como compreendendo o processo de crescimento e sua superação no sentido que

“...se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendradas pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura.” (Furtado, 1983:78).

Assim, infere-se que as economias desenvolvidas, além do crescimento econômico, possuem um conjunto de estrutura complexa que lhes permite satisfazer as

múltiplas necessidades da coletividade, o que é um argumento plausível, mas não livre de controvérsias.

Quanto ao subdesenvolvimento do sistema capitalista, presente nas economias latino-americanas, em particular no Brasil, esse tem suas origens na expansão da economia industrial européia para as terras de antiga colonização, com processos econômicos não capitalistas já estabelecidos e via de regra, já densamente povoados. A instalação desse processo deu origem ao já bastante conhecido modelo centro-periferia, onde nos periféricos países constituiu-se um sistema híbrido de setores, parte integrada ao sistema capitalista e parte totalmente desintegrada, atuando ainda em termos de uma economia de subsistência. Este tipo de estrutura dualista, segundo Furtado, está na origem do fenômeno de subdesenvolvimento contemporâneo, logo *o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.* (Furtado, 1961:180)

Desse postulado infere-se que o capitalismo latino-americano é subdesenvolvido em decorrência de questões circunstanciais de ordem Histórica.

Uma outra característica interessante da definição de subdesenvolvimento está no critério comparativo para sua determinação, ou seja, só se pode falar em economias subdesenvolvidas quando comparadas a alguma outra, isto é,

“...esse conceito possui uma dimensão histórica que não se deve perder de vista. Não há economias subdesenvolvidas por si, mas tão somente em comparação com outras economias contemporâneas. A Inglaterra do século XVII ou a Itália do século XVI não podem ser consideradas economias subdesenvolvidas. (Furtado, 1964: 87).⁶³

Nesses termos quando Furtado e Conceição Tavares diferenciam o desenvolvimento do sistema capitalista dos países desenvolvidos dos subdesenvolvidos certamente estão comparando a economia brasileira, com as economias dos países ditos centrais no período do pós-guerra – a era de ouro do capitalismo -, uma vez que no século XIX, e já no século XX, por ocasião da década de 1920, mesmo nos Estados Unidos, que na época já despontava como potência a conquistar a hegemonia mundial, a situação interna, em termos de distribuição de renda e problemas de perda do dinamismo de demanda se faziam evidentes:

“ As fundações da prosperidade da década de 1920, como vimos, eram fracas, mesmo nos EUA, onde a agricultura já se achava praticamente em depressão, e os salários em dinheiro, ao contrário do mito da grande era do jazz, não estavam subindo, mas na verdade estagnaram nos últimos anos loucos do boom (Historical Statistics of the USA, I, p. 164, tabela D722-727). O que

⁶³ Na verdade não podem ser consideradas economias subdesenvolvidas, nem desenvolvidas nos moldes de Furtado.

acontecía, como muitas vezes acontece no boom dos mercados livres, era que, com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda de massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema industrial nos dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação. (Hobsbawm, 2005: 104).

Vale aqui observar a similaridade desse processo com os descritos por Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares quando do diagnóstico de estagnação econômica enfrentada pelo país no início da década de 1960.

Dessa forma, continuando o raciocínio, temos que, necessariamente partir da hipótese de que a comparação de Furtado e Conceição Tavares entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas restringe-se ao período da “era de ouro” do pós-guerra. Contudo, até 1960, nem todas as economias ditas centrais, gozavam de todos os benefícios materiais do crescimento econômico, uma vez que muitas, de acordo com Hobsbawm (2005), padeciam com uma substancial taxa de desemprego:

“Depois da guerra, o desemprego tem sido o mais insidioso, o mais corrosivo mal de nossa geração: é a doença social específica da civilização ocidental em nosso tempo. The Times, 23.01.1943 (Hobsbawm, 2005:90)

De qualquer modo, os benefícios materiais do crescimento levaram algum tempo para se fazer sentir. Na Grã-Bretanha, só em meados da década de 1950 eles se tornaram palpáveis.... Além disso, a arma secreta de uma sociedade de riqueza popular, ou seja, de pleno emprego, só se tornou real na década de 1960, quando a média de desemprego na Europa Ocidental estacionou em 1,5%. Na década de 1950, a Itália ainda tinha quase 8% de desempregados. (Hobsbawm, 2005: 254).

Observe que o desemprego se operava em uma região, a Europa Ocidental, que além do processo de imigração do final do século XIX e que continua no século XX, padecia sob o advento de duas guerras mundiais – a primeira a mais sangrenta da história-, que certamente dizimou parte representativa da população.

Por outro lado comparar o processo de desenvolvimento capitalista dos países periféricos com o desenvolvimento dos países centrais, nesse período, e colocar a distinção do desenvolvimento em termos de abundância de mão de obra que impossibilitaria - em última instância – o desenvolvimento do processo endógeno de acumulação, não é totalmente correta. Apesar da existência de um excedente estrutural de mão de obra poder, de fato, exercer uma pressão sobre os salários, não é trivial que não possa ocorrer um processo de concentração de renda mesmo em situações de inexistência de um mercado de trabalho dual. O caso norte americano após 1980, ilustra bem essa questão. O fenômeno ocorrido na Era de Ouro no capitalismo do pós-guerra – com salários subindo em linha com expressivos ganhos de

produtividade – se caracteriza mais como exceção na história do capitalismo do que uma regra aplicável aos países desenvolvidos. Na verdade o contexto político com a presença da Guerra Fria entre os EUA e a URSS, foi fator crucial para que esse processo econômico se desenvolvesse.

Vale ainda salientar que o desenvolvimento ou a reconstrução da Europa no pós-guerra, não pode ser diagnosticado simplesmente como produto de um eficiente sistema interno que possibilitasse o aquecimento da demanda e a conseqüente realização plena do capital. Como argumenta Serrano: *“A ”idade de ouro” do capitalismo certamente não foi um processo espontâneo de mercado.”* (Serrano, 2005:188)

O “desenvolvimento a convite”, segundo Medeiros e Serrano (1999), estratégia americana de promover o desenvolvimento econômico dos países aliados, situados em regiões de maior importância estratégica para o contexto da Guerra Fria, promoveu circunstâncias especiais como:

“...a abertura unilateral do mercado americano; a manutenção de taxas de câmbio desvalorizadas, favoráveis à competitividade dos aliados dentro do sistema de Bretton Woods; tolerância com políticas de proteção tarifária e não-tarifária; missões de ajuda técnica e o forte estímulo à expansão das multinacionais americanas, ajudaram aliviar a restrição externa nesses países.” (Medeiros & Serrano, 1999: 132).

O instrumento que viabilizou tal estratégia foi o Plano Marshall. Na América Latina, não houve nem Plano Marshall nem um projeto de construção de economia regional apoiado pelo acesso ao mercado americano, embora no período do milagre econômico brasileiro (1968-1973), tenha havido alívio nas restrições externas, o que possibilitou, entre outras medidas, a grande expansão econômica então observada.

2. Inflação, Investimento e criação de empregos.

Segundo Celso Furtado, a forma que o Estado utilizou para a criação de novos empregos foi através do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) aliado ao que ele denomina de “inflação orientada”. A inflação orientada está relacionada a uma manutenção da inflação, aliada à correção monetária, com fins específicos:

“...mediante uma certa política de preços, câmbio e de crédito e o mecanismo da correção monetária pode-se orientar a inflação – processo de modificação na distribuição da renda – de forma a que os efeitos redistributivos não se façam de maneira caótica e sim em função de objetivos predeterminados.” (Furtado, 1982: 51)

Tais fins específicos seriam, em primeiro lugar, dotar uma classe com capacidade efetiva de adquirir bens de alto valor unitário:

“...Conforme já assinalamos, uma adequada combinação da elevação do nível de preços com a correção monetária dos ativos financeiros permite privilegiar o setor da população com capacidade efetiva de poupança e que pode ser sujeito de crédito, ou seja o setor que constitui o mercado dos bens duráveis, cuja demanda se pretende aumentar.” (Furtado, 1982: 51)

e em segundo lugar, possibilitar ao Estado manter uma taxa mínima de criação de novos empregos:

“... dentro das novas condições criadas, parte importante desses recursos⁶⁴ está sendo encaminhada para a alta classe média (...) Contudo se se leva demasiado longe essa política, a criação de novos empregos será insuficiente. Compreende-se, portanto, que parte desse excedente permaneça em mãos do Estado, a quem cabe assegurar que a criação de novos empregos não desça abaixo de certa cota crítica.” (Furtado, 1982: 53)

A parte desse excedente, apropriada pelo estado, viria na forma, segundo Furtado, da expropriação de recursos dos assalariados e titulares de renda fixa. Dessa maneira

“... a inflação desempenhou um papel importante, pois graças a ela foi possível aumentar o excedente que alimentou a expansão dos investimentos públicos. (...) a inflação passa a ser uma condição necessária para que o excedente não se reduza em termos relativos, isto é, para que o governo possa prosseguir com sua política de criação de empregos.” (Furtado, 1982: 54)

Algumas observações pertinentes cabem ao que foi exposto. Primeiro, no período do “milagre econômico”, a taxa de inflação permaneceu estável e bastante inferior ao período anterior⁶⁵. Se a idéia era a expropriação do excedente, uma taxa de inflação maior garantiria maiores recursos. Ademais, como não havia nenhum tipo de excesso de demanda, mesmo que a inflação não garantisse os ganhos de senhoriagem ao governo este poderia financiar seu déficit através da dívida pública, ou seja, sua eventual política fiscal expansionista.

Por outro lado, a chamada “inflação orientada”, a que Furtado se refere, vem de um processo que vários autores chamam de inflação corretiva: *“o combate à inflação implicava preliminarmente liberar os preços reprimidos de tarifas públicas, câmbio e produtos subsidiados pelo governo, como trigo e gasolina. Isto geraria uma inflação corretiva” (Prado & Sá Earp, 2003: 214)*

⁶⁴ Segundo Furtado: “Independente da política de arrocho salarial, tende naturalmente a ampliar-se, na economia brasileira, o diferencial entre o salário real e a produtividade do trabalho no setor moderno, toda vez que a economia entre em expansão. Esse diferencial dá lugar a um incremento relativo ao excedente...” (Furtado, 1982:53)

⁶⁵ Entre 1968-1973 apresentou os seguintes níveis, 27%, 20%, 16% 20%, 20% e 23%. (Prado & Sá Earp, 2003:223)

Tais medidas permitiram solucionar parte dos problemas com o déficit público do governo. Por outro lado, com o aumento do valor unitário das tarifas públicas, as estatais tiveram reforço de caixa e gastaram em obras de infra-estrutura, aumentando o número de empregos.

Furtado cita ainda a captação de poupança legítima pelo Estado: “*Armando-se do sistema financeiro habitacional, o governo pode participar do duplo processo de captação de poupança legítima e de recursos expropriados*”.(Furtado, 1982: 53).

A poupança legítima a que se refere Furtado é o FGTS -Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -, que sendo tecnicamente um complemento da folha de salários, segundo o autor, pode ser considerado como captação direta de excedente.

Segundo Prado e Sá Earp (2003), o destino das aplicações desse fundo é controlado pelo governo. Esses recursos, juntamente com as aplicações da caderneta de poupança, forneceram recursos para a viabilização de crédito tanto ao construtor como o comprador de imóveis residenciais, fonte importante de criação de empregos.

3. Concentração de renda como fator para a retomada do crescimento econômico.

Nos dois autores em estudo, a concentração da renda funcional e de maneira mais contundente a concentração pessoal da renda, foi o fator que comandou a retomada do crescimento econômico após 1967 e que resultou na era do chamado “milagre” econômico.

Em particular para Celso Furtado, a grande diversificação do sistema industrial e a ampla margem de capacidade ociosa, consequência de uma política de subsídios para a instalação de capital fixo, no período JK - que induziu os empresários a investir em setores de rentabilidade reduzida ou de grande risco-, implicava em que a expansão desse sistema se tornasse dependente, para se autofinanciar, da utilização plena dessa capacidade ociosa. Isso só seria possível se fosse gerada uma demanda específica para esse tipo de consumo diversificado. Porém, tendo em vista a forte pressão inflacionária coexistindo com essa capacidade ociosa, tal não se daria de forma endógena. Necessário seria construir essa demanda.

A descrição do autor para a construção de tal demanda passa, por um processo interessante: primeiramente existe uma política dos seguintes subsídios às empresas:

- processo de correção anual do ativo imobilizado, isento de impostos,

- opção em calcular as cotas de depreciação tomando por base a correção monetária do valor original do ativo ou com base no custo de reposição das instalações e dos estoques,

tal medida implicava em que a empresa, quando da renovação dos equipamentos, se optasse por utilizar uma técnica poupadora de mão de obra, teria ganhos de capital, uma vez que estaria utilizando menos mão de obra e mais capital – não tributado – para produzir a mesma quantidade de bens.

Assim o progresso técnico ao transformar-se em fonte permanente de ganhos de capital para as empresas torna atrativa a participação de acionistas da alta classe média que tiveram acesso, então, a um rendimento oriundo dos lucros industriais.

Dessa forma a política do Estado opera no sentido de concentrar a renda em favor dos lucros e ao mesmo tempo redistribuir uma parte desses lucros para uma determinada classe – aquela fadada a consumir os bens de alto valor unitário.

Aliada a essa política, Furtado ainda atribui à “inflação orientada”, o papel de incrementar a renda dessa classe, através dos ativos financeiros, e torná-la sujeito de crédito.

Uma questão incerta nesse argumento, é de que a renda oriunda dos lucros foi repassada, segundo o autor, para a alta classe média: *“Criou-se, assim, um portfólio que abre à alta classe média a perspectiva de participação no fluxo de renda em mais rápida expansão, que são os lucros industriais.”* (Furtado, 1982: 45). Se a classe beneficiada, foi uma classe média alta, a questão que se coloca é da necessidade de incrementar mais a renda dessa classe, já favorecida, para que ela seja capaz de consumir bens de consumo duráveis. Uma alta classe média, por definição, é uma classe com alta capacidade de consumo.

Mas esse problema é amenizado mais a frente quanto o autor enfatiza a necessidade do aumento dessa classe e não simplesmente de aumentar a renda de uma classe pré-existente:

“O problema fundamental estava, portanto, em determinar, ao abrir-se o capital das empresas, quantas pessoas teriam direito a passar para o outro lado da linha divisória. Ora, graças ao sistema de prêmios, o número foi consideravelmente aumentado, o que não seria de importância desprezível do ponto de vista da formação do mercado de bens de consumo duráveis”. (Furtado, 1982: 47)

E mais a frente:

“Foi para garantir que o grupo beneficiário alcançasse alguma importância relativa – sem o que o impulso inicial dificilmente se prolongaria – que o governo pôs em prática a política de distribuição de títulos de propriedade mobiliária à massa de contribuintes do Imposto de Renda.” (Furtado, 1982: 51).

Assim, o governo para forjar essa alta classe média “transferiu renda” para a massa contribuinte do Imposto de Renda. Isso leva a crer que os contribuintes do imposto de renda eram incapazes de consumir os bens de consumo duráveis. Por outro lado, tinham rendimentos passíveis de serem tributados o que implica que certamente não estavam entre os de salários mais baixos. A pergunta que se faz é se seria realmente necessário aumentar a renda dessa classe para que ela fosse capaz de consumir.

Na hipótese de que seja verdadeira essa premissa – diga-se de passagem, pouco provável -, uma política de crédito voltada ao consumo desses produtos provavelmente seria mais eficiente. Certamente dinamizaria a demanda. Certamente não concentraria a renda.

Em relação ao arrocho salarial, Furtado entende que, embora contribuísse para a concentração da renda, não foi fator de grande importância para a retomada do crescimento econômico, antes atuando mais como controle da inflação e redução dos custos de produção para determinadas empresas o que facilitou o saneamento financeiro de muitas delas, principalmente as atreladas ao consumo popular, que se encontravam com sérios desequilíbrios econômicos. Porém,

“Esses reajustes se fariam, entretanto, mesmo sem a redução da taxa de salário, não havendo base para afirmar que esta haja de alguma forma facilitado a retomada da expansão.....Que os salários hajam continuado a baixar, constitui simples aspecto da política social, sem qualquer vínculo com o mecanismo de expansão.” (Furtado, 1982: 52).

Dessa forma, pelo menos em relação à política salarial, embora concentradora da renda, Celso Furtado não a aponta como condicionante da retomada do crescimento.

Conceição Tavares, no entanto, encontra na redução brusca do salário mínimo urbano, uma das causas da retomada dessa dinâmica:

“A partir de uma redução brusca do salário mínimo urbano e da implantação de esquemas de financiamento interno e externo de atividades públicas e privadas correlatas (construções, setor financeiro, serviços de propaganda e comunicações) o novo padrão de acumulação voltou a ganhar dinamismo, e a distribuição regressiva dos acréscimos de produtividade e renda tenderam a confirmar os esquemas concentradores que facilitam uma diversificação e a ampliação vertical do mercado consumidor.” (Tavares, 1978:60).

Contudo, intrínseco a esse processo, houve, segundo a autora, assim como em Celso Furtado “a necessidade de uma antecipação da demanda para fazer operar a capacidade produtiva instalada, o que requer mecanismos de redistribuição da renda pessoal em favor de novos estratos consumidores cujo poder de compra tem de distanciar-se cada vez mais da renda média do país”.(Tavares 1978:59), ou seja para que a dinâmica do crescimento

fosse atingida, além de um aumento na distribuição regressiva a favor dos lucros e contra os salários, teria que haver a concentração pessoal da renda com a criação de estratos específicos de uma classe média, capaz de consumir os bens produzidos pelo departamento D2 – produtor de bens de consumo capitalista.

Tal classe foi formada, segundo a autora, não só através dos instrumentos descritos por Furtado, mas também mediante a criação de empregos com relativamente altas remunerações, principalmente na área de serviços funcionais, bem como da distribuição das amplas margens de lucro bruto das empresas em favor de suas cúpulas gerenciais. Essa explicação para a concentração da renda é mais compatível com a realidade histórica e aponta para a abertura do leque salarial com o crescimento das ocupações do tipo “colarinho branco”, ligadas direta e indiretamente ao processo de acumulação industrial e da expansão dos serviços modernos.

Embora Conceição Tavares cite o acesso ao financiamento a extratos mais baixos da população – formada por empregados públicos, comerciários e bancários- com emprego e renda estável, tal situação só foi possível através de uma extração maior do excedente, extratificando o mercado de trabalho e mantendo congelado o salário básico.

Em Furtado, o crédito foi direcionado à classe já privilegiada pelos mecanismos de concentração de renda privilegiada: *“Convém acrescentar que o dispor de um patrimônio de títulos de alta liquidez significa ter acesso ao crédito em condições bem mais favoráveis.”* (Furtado, 1982:48). E mais adiante:

“... o caminho utilizado consistiu principalmente em dinamizar a demanda da classe média alta (...) o que foi obtido mediante formas de financiamento, (...) e de crédito que lhe asseguravam situação patrimonial mais sólida e a perspectiva de maior renda futura.”(Furtado, 1982: 41).

Outro fator comum, que vale a pena ser observado é o papel do gasto capitalista que, antes considerado supérfluo, passa a ser um componente de fundamental importância para a retomada do crescimento.

Ocorre que nas duas análises citadas, embora Conceição Tavares, tenha se baseado em esquemas inspirados em Marx e Kalecki, em nenhum momento foi utilizado de forma descritiva, alguma teoria econômica - ou um modelo – que pudesse justificar a retomada do crescimento econômico via concentração da renda.

As teorias heterodoxas, descritas no capítulo II, que colocam o gasto dos capitalistas como componente tão importante como o investimento no processo de acumulação e entendem esse último como gerador de poupança através de variações do produto, na verdade atestam contra o fato de a concentração de renda atuar em favor do crescimento econômico.

Porém, a teoria proposta pelos analistas de Cambridge, que colocam a distribuição entre salários e lucros como a variável de ajuste do sistema – atuando através do processo inflacionário –, talvez pudesse ser usada como justificativa tanto em Furtado como em Conceição Tavares para a ênfase dada ao processo de concentração de renda. Contudo, essa teoria, descrita em termos simplificados através da relação:

$$(5) (1-w) = (I + G_K)/Y,$$

além de ser objeto das várias críticas⁶⁶, não é adequada a esses trabalhos, na medida em que nesse modelo, a economia deve estar em pleno emprego para, em face de investimento autônomo, o excesso de demanda acarretado, gerar a inflação e, conseqüentemente a redistribuição da renda, favorecendo os lucros em detrimento dos salários. Outro ponto é que o investimento autônomo não é o componente apontado nem por Furtado nem por Tavares como elemento que comandou o início do processo de crescimento acelerado do período do “milagre” econômico.

Além disso, tanto Furtado como Tavares descrevem uma economia com capacidade ociosa e uma demanda reprimida que só poderia ser contornada via uma redistribuição da renda funcional e pessoal de forma dirigida pelo Governo.

As demais teorias expostas nesse trabalho não poderiam ser descritas como tendo uma ligação direta com as idéias dos dois autores. Em particular a que denominamos de UNICAMP, simplificada na relação:

$$(6) Y = (I + G_K)/(1-w)$$

tem a característica de que o aumento da parcela dos salários, ao diminuir os lucros – note que $(1-w)$, no denominador (ou $1/(1-w)$ como multiplicador) pode aumentar muito o quociente Y – atuaria, em face do aumento dos investimentos e ou dos gastos capitalistas, num crescimento muito maior. A concentração de renda, portanto, atuaria como um limitante a esse crescimento.

⁶⁶ As críticas descritas de forma resumida no capítulo II desse trabalho, são detalhadas no trabalho de Franklin Serrano, *A Acumulação e o Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento* de 2001.

Como o consumo capitalista tem papel de destaque na interpretação de Conceição Tavares, uma forma de compatibilizar sua análise do “milagre” com tal modelo seria através do valor unitário muito elevado de alguns bens de consumo acessíveis apenas a uma classe com alto poder de consumo ou uma classe que pudesse ter acesso ao crédito para a compra de tais bens. Entretanto é difícil visualizar algum outro bem, distinto do automóvel, dentro deste contexto. Ainda assim o efeito depressor da concentração de renda permaneceria exercendo um efeito contrário ao expansivo inicial.

A importância de se ter uma teoria que direcione as idéias de uma análise econômica é assegurada pelo próprio Celso Furtado em seu trabalho intitulado Teoria Política e Desenvolvimento Econômico de 1983, onde nas primeiras linhas, observa a importância de se confrontar a realidade com os modelos abstratos:

“Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com a realidade histórica”.(Furtado, 1983: 15)

Porém, o entendimento do processo de crescimento, compreende a análise do mecanismo propriamente dito, *“o que exige construção de modelos ou esquemas simplificados dos sistemas econômicos existentes, baseados em relações estáveis entre variáveis quantificáveis e consideradas de importância relevante.”* (Furtado, 1983:15).

CONCLUSÃO

Uma elevada concentração da renda é questão recorrente da formação sócio-econômica brasileira. Suas causas e origens remontam à existência de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, através de políticas de apropriação da terra e da baixa elevação da produtividade rural, travou a elevação do salário básico de subsistência. A estrutura ocupacional urbana que nasce quando finalmente se encerra a escravidão, já apresenta também um forte contingente informal, ou seja, a reprodução de um setor atrasado dentro de uma estrutura já não mais agrária. Nesse contexto, o processo de industrialização é acompanhado por uma elevação substancial da produtividade agrícola. Em face de uma classe trabalhadora urbana, de baixo poder de barganha, acaba-se por reproduzir a estrutura de renda concentrada dentro de um novo processo produtivo.

Ocorre que, no desenvolver do sistema, quando os trabalhadores urbanos alcançavam seu ponto mais elevado em termos de representação, ou pelo menos um espaço de pressão política, instala-se um regime autoritário de caráter nitidamente anti-operário. Este regime para combater a inflação elege como variável central o controle do salário nominal que, como consequência, inflige uma redução expressiva no salário médio real.

A concentração de renda que daí resulta, acaba por se tornar o ponto central da crítica progressista ao regime militar que vivia, no início dos anos 1970, o seu mais elevado momento de aceitação política em razão dos bons resultados do Milagre Econômico. Na prática, ficava comprovado que era possível crescer e desenvolver as forças produtivas com desigualdade crescente, sem solucionar problemas sociais básicos.

Entretanto, para além da possibilidade do crescimento com piora da distribuição de renda, certos autores como Furtado e Conceição Tavares propuseram interpretações nas quais a concentração de renda teria um caráter funcional, ou seja, ajudaria a explicar, ou, melhor ainda, seria necessária para o padrão de crescimento acelerado do Milagre. Essa monografia buscou explorar esse ponto.

Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares utilizaram os seguintes pressupostos:

- a característica periférica do Brasil em possuir um excedente estrutural de mão de obra, é fator condicionante de distinção para o processo de acumulação dos países centrais e do Brasil, no que diz respeito à

distribuição funcional da renda. O excesso de mão de obra exerce uma pressão de baixa sobre os salários, de tal forma que o desenvolvimento do sistema capitalista é obstaculizado.

- o subdesenvolvimento só existe enquanto critério comparativo. Só se é subdesenvolvido em face da existência de outros países ou outras regiões desenvolvidas. Nesses termos, a comparação entre o Brasil e os países centrais se dá na fase da era de ouro do capitalismo.

Nesses termos, a estagnação do sistema capitalista brasileiro, e a posterior retomada do crescimento, levaram esses dois autores – quando da comparação entre as distintas estruturas econômicas –, a inferir que a retomada desse crescimento, só foi possível através da formação de um mercado interno que pôde realizar plenamente o capital instalado e que estava funcionando com alta capacidade ociosa. A formação desse mercado se deu, então, via transferência de renda para uma classe específica, ocasionando uma redistribuição tanto pessoal como funcional da renda que gerou altos índices de desigualdade social.

Nesse trabalho, tentamos mostrar que o primeiro pressuposto não é condição necessária para uma distribuição regressiva da renda em favor dos lucros. Países com relativa escassez de mão de obra passaram pelos mesmos problemas, mesmo em épocas de franca expansão econômica.

Quanto ao segundo fator, vale notar que na fase de ouro do capitalismo, bem mais importante que as condições endógenas do processo de acumulação, foi a ajuda externa – mais especificamente dos Estados Unidos –, que através do Plano Marshall, aliada a movimentos sociais internos – como a participação dos partidos políticos na luta por menores índices de desemprego – que possibilitou notáveis índices de crescimento e desenvolvimento humano na Europa e Japão.

Por outro lado a hipótese da necessidade da concentração nos moldes expostos por esses dois autores, não se segue dos modelos de crescimento que tem como fundamento o princípio da demanda efetiva no longo prazo, a exceção da teoria Kaldoriana da poupança forçada, mas que nesse caso é inconsistente com um crescimento claramente puxado pelo consumo de duráveis e não o investimento privado autônomo.

Dessa forma a premissa de que a condição necessária para a retomada do crescimento econômico ter sido a concentração de renda, apresenta problemas analíticos tanto

do ponto de vista estritamente lógico-teórico como da própria experiência histórica, seja ela brasileira ou internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. P.: *Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961 – 1964*, em Abreu, M. P. (orgs): *A Ordem do Progresso*. Editora Campus - Rio de Janeiro, 1990.
- ARAUJO, V.L.; BASTOS, C.P; MELO, H. P.: *A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado*, em Ferreira, M. M. (org.): *João Goulart – entre a memória e a História* FGV – Rio de Janeiro, 2006.
- BENEVIDES. M.V.: *O governo Kubtschek: a esperança como fator de desenvolvimento*, em Gomes, A.: *O Brasil de JK*. FGV-Rio de Janeiro, 1991.
- BELLUZZO, L.M.: *Distribuição de renda: uma visão da controvérsia em Tolipan R. e Tinelli A. C. (orgs): A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento* Zahar Editores – Rio de Janeiro, 1978.
- CESARATTO, S. e SERRANO, F.: *As leis de rendimento nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica Sraffiana*. Ensaios FEE, U23, nº02. 2002
- COLISTETE, R.P.: *Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945 – 1978*. Revista de Economia Política, vol. 29 nº 4(116) pp. 386-405, outubro-dezembro de 2009.
- EARP, F.S., PRADO, L.C.D.: *O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973)*, em Ferreira, J. e Delgado, L. A. N.: *O Brasil republicano*. Civilização Brasileira- Rio de Janeiro- 2003.
- FARO, C.; SILVA, S.S.Q.: *A década de 1950 e o Programa de Metas*, em Gomes, A. (org): *O Brasil de JK*. FGV – Rio de Janeiro, 1990.
- FURTADO, C.: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Fundo de Cultura – Rio de Janeiro, 1961.
- FURTADO, C.: *Comentários sobre estudos do Professor Rosenstein-Rodan. Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Editora Fundo de Cultura – Rio de Janeiro, 1964.
- FURTADO, C.: *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Civilização Brasileira- Rio de Janeiro, 1982.
- FURTADO, C.: *Teoria e Política do desenvolvimento econômico (série: Os economistas)*. Victor Civita – São Paulo, 1983.
- GOMES, A.C.: *O Brasil de JK*. FGV – Rio de Janeiro, 1990.
- HERMANN, J.: *Reformas, Endividamento Externo e o Milagre Econômico*, em Giambiagi F., Villela A., Castro, L. B. e Hermann, J.: *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)* Editora Elsevier – Rio de Janeiro, 2004.
- HOFFMANN, R.: *Tendências da Distribuição da Renda no Brasil e suas relações com o Desenvolvimento Econômico*, em Tolipan R. e Tinelli A. C. (orgs) *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores – Rio de Janeiro, 1978.
- HOBSBAWM, E.: *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*. Companhia das Letras – São Paulo, 2005.
- LAGO, L.A.C.: *A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”*, em , em Abreu, M. P. (orgs): *A Ordem do Progresso*. Editora Campus - Rio de Janeiro, 1990.

- LEOPOLDI, M.A.P.: *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica de JK*, em Gomes, A. (org) *O Brasil de JK*. FGV – Rio de Janeiro, 1990.
- MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F.: *Padrões monetários internacionais e crescimento*, em Fiori, J. L. (org): *Estados e Moedas* – Editora Vozes – Petrópolis, 1999.
- RESENDE, A.L. *Estabilização e Reforma: 1964 – 1967*, . em Abreu, M. P. (org.) *A Ordem do Progresso* Editora Campus – Rio de Janeiro, 1990.
- SERRANO, F.: *A acumulação e o Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento*, em Fiori, J. L. e Medeiros, C.A (orgs). *Polarização Mundial e Crescimento*, **Editora Vozes – Petrópolis, 2001**.
- SERRANO, F : *Equilíbrio Neoclássico de mercado de fatores: uma crítica do ponto de vista Sraffiano*. Ensaios FEE, n.1, 2001.
- SERRANO, F. *Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*, em Fiori, J. L.)(org)- Editora Vozes – Petrópolis, 2005.
- SINGER, P. *Desenvolvimento e repartição da renda do Brasil*, em Tolipan R. e Tinelli A. C. (orgs) *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores – Rio de Janeiro, 1978.
- SOCHACZEWSKI, A.C.; ORENSTEIN, L.: *-Democracia com Desenvolvimento: 1956 – 1961*, em Abreu, M. P. (org.) *A Ordem do Progresso*. Editora Campus – Rio de Janeiro, 1990.
- TAVARES, M.C. *Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar*, em Tolipan R. e Tinelli A. C. (orgs) *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores – Rio de Janeiro, 1978.
- VILLELA, A.: *Dos anos dourados de JK à Crise não resolvida (1956- 1963)*, em Giambiagi F., Villela A., Castro, L. B. e Hermann, J. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)* Editora Elsevier-Rio de Janeiro, 2004.
- .